



COLETÂNEA DE TEXTOS DA ENFF

Nº 09

QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA E OS MOVIMENTOS CAMPONESSES DA AMÉRICA LATINA

- HORACIO MARTINS
 - MARCELO CALAZANS
 - JOÃO PEDRO STEDILE
 - DOCUMENTO CLOC
 - FRANÇOIS HOUTART
-

Uso INTERNO

São Paulo, agosto 2011



**COLETÂNEA DE TEXTOS PARA O CURSO DE TEORIA
LATINO-AMERICANA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA-UFJF**

DISCIPLINA DA QUESTÃO
AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA E OS MOVIMENTOS CAMPONESES DA
AMÉRICA LATINA

Orientador: João Pedro Stedile
Julho de 2011



SUMÁRIO

Parte 1

Horacio Martins - Os agrocombustíveis e a soberania nacional -----	5
--	---

Parte 2

Marcelo Calazans - O monocultivo do eucalipto: a estratégia das empresas -----	21
--	----

Parte 3

João Pedro Stedile e Horacio Martins - Soberania nacional: uma anecessidade dos povos -----	29
--	----

Parte 4

João Pedro Stedile - Reflexões sobre as tendências do capital na agricultura e os desafios do movimento camponês -----	51
---	----

Parte 5

- Documentos do Congresso da CLOC - -----	77
---	----

Parte 6

François Houtar - El bien vivir: a proposta dos povos indígenas -----	111
---	-----





- PARTE 1 -

HORACIO MARTINS*

**A AMEAÇA À SOBERANIA NACIONAL PELA
EXPANSÃO DO COMPLEXO AGROQUÍMICO A
PARTIR DA CANA DE AÇÚCAR E DO ETANOL**

* Reflexões apresentadas no Seminário Internacional: Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética.
São Paulo, 17 a 19 de novembro de 2008



1. Problemática

- A oferta de cana de açúcar e do etanol dela derivado se torna contemporaneamente a base de um complexo agroquímico que engloba direta e indiretamente diversos outros setores da economia nacional e internacional, tais como os setores alimentos, petróleo, químico, automobilístico, infraestrutura de transportes e armazenamento de combustíveis líquidos, todos eles integrados ao capital financeiro mundial.
- Esse complexo agroquímico a partir da cana de açúcar e do etanol dela derivado está vivenciando um salto nas inovações tecnológicas sem precedentes, ampliando as alternativas de processamentos de diversos setores industriais com inúmeras finalidades.
- A oferta da cana-de-açúcar, e a partir dela, o etanol tradicional segue o padrão de dominante da economia: abertura indiscriminada ao capital estrangeiro para a aquisição de terras e usinas, concentração e centralização das usinas e das plantações, privatização do saber tecnológico, superexploração dos trabalhadores assalariados e o Estado como base para a expansão desse setor do capitalismo oligopolista.
- A expansão desse complexo agroquímico efetua-se no Brasil pela ampliação e consolidação dos interesses oligopolístico das grandes empresas transnacionais.
- Mantém-se coerente com o modelo de sociedade consumista, individualista, elevado desperdício, predadora do meio ambiente e socialmente injusta.
- Nesse contexto, o complexo agroquímico a partir da cana de açúcar e do etanol afeta muito mais do que a soberania alimentar e nutricional. Subordina, no âmbito das estratégias de oferta de energia a partir de fontes renováveis de energia, a soberania nacional.
- A opção dominante é o etanol (tradicional e de segunda geração) afirmar-se como fonte estratégica de combustível líquido complementar ao petróleo.
- A expansão desse complexo agroquímico se realiza “pelo alto”, ou seja, de maneira antidemocrática e antipopular, não apenas ampliando as desigualdades sociais como a dependência do país aos interesses privados estrangeiros.
- Nesse sentido, é relativo e perigoso se considerar como certo que os agrocombustíveis jogarão um papel importante na luta contra o aquecimento global.¹

¹ GRAIN. ¡No a la fiebre de los agrocombustibles! Junio de 2006, <http://www.grain.org/go/agrocombustibles>.

2. A matriz energética brasileira

	2007	% 2006
Energia Não Renovável	53,6	55,1
Petróleo e derivados	36,7	37,8
Gás natural	9,3	9,6
Carvão mineral e derivados	6,2	6,0
Urânio (U ₃ O ₃) e Derivados	1,4	1,6
Energia Renovável	46,4	44,9
Lenha e carvão vegetal	12,5	12,7
Energia hidráulica e eletricidade	14,7	14,8
Produtos da cana-de-açúcar	16,0	14,5
Outros renováveis	3,1	2,9

Fonte EPE, maio 2008. BEN 2008.

http://www.epe.gov.br/PressReleases/20080508_1.pdf

- A energia renovável em 2007 representou 46,4% do total da OIE, sendo que a participação dos produtos derivados da cana (entre os quais o etanol e o bagaço) na composição das fontes primárias de energia utilizadas no país chegou a 16%, ocupando a segunda posição entre os energéticos mais demandados no ano passado – atrás apenas do petróleo e derivados, com 36,7%, e superando a energia hidráulica, com 14,7%.
- Os produtos da cana de açúcar participaram no BEN 2007 (relativo ao ano 2006) com 14,5% e no BEN de 2008 (relativo ao ano 2007) com 16%.
- O responsável pelo avanço no uso energético dos produtos da cana de açúcar foi o etanol, cuja demanda total (consumo interno mais exportações) foi em 2006/2007 de 20,1 bilhões de litros e a previsão para a safra de 2007/2008 é de 27,09 bilhões de litros.²
- Apenas o consumo doméstico de álcool hidratado (94,5% de pureza) apresentou aumento de 46,1%, chegando a 10,4 bilhões de litros em 2007.

² CONAB (2008). Acompanhamento da safra brasileira. Cana-de-açúcar safra 2008, segunda levantamento



- Contribuiu para a expansão do etanol a decisão do governo de aumentar de 23% para 25% a proporção de álcool anidro (99,5% de pureza) na gasolina “C” em julho de 2007³ e a expansão da frota de veículos *flex fuel*, que se beneficiaram de preços médios mais baixos do que o da gasolina (em contraposição, o consumo de gasolina “pura” caiu 3,9%). Cerca de 85% do etanol brasileiro é consumido no mercado interno, principalmente pelos veículos ‘flex-fuel’, que já respondem por 90% das vendas de carros novos.⁴
- Projeção⁵ da produção de etanol para 2020: 48,0 bilhões de litros, sendo a exportação 14,2 bilhões, e para 2030: etanol 66,6 bilhões, sendo para exportação 11,5 bilhões.
- Nessa tendência, em 2030⁶ a cana e seus derivados passarão a ser a segunda fonte de energia mais importante da Matriz Energética Brasileira, com 18,5% de participação, inferior apenas à participação do petróleo e derivados que se prevê em 31%.
- Segundo o governo dos EUA, se prevê que o consumo mundial de energia aumentará 71% entre 2003 e 2030, e a maior parte desse aumento terá como fonte uma crescente demanda de petróleo, carvão e gás natural. Para o final desse período (2030) toda a energia renovável (incluído os agrocombustíveis) está estimada em 9% do consumo mundial de energia.
- Para efeito de comparação, a proporção de fontes renováveis na matriz energética mundial é de 12,7%, enquanto que nos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – na sua maioria desenvolvidos – essa relação é de apenas 6,2%.

3. A expansão do etanol

3.1. Brasil: o etanol do caldo de cana (processo tradicional)

A área plantada com cana de açúcar na safra 2007 foi de 7,08 milhões hás e a estimativa para a safra de 2008 é 8,98 milhões de hás, aumento de 26,90%⁷. Mantida a expectativa de expansão da demanda mundial de álcool até 2015-17, a previsão de uma área requerida para cana de açúcar poderá alcançar 22 milhões de hás.

³ Mistura de anidro na gasolina passa para 25% em 1º de julho, (13/06/2007) in http://www.portalunica.com.br/portalunica/?Secao_UNICA.

⁴ Demanda interna deve guiar produção de etanol no Brasil, artigo de Inaê Riveras, São Paulo (Reuters).<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2008/01/14>.

⁵ PNE 2030, op. Cit.

⁶ Fonte: PNE 2030, MME 2007.

(http://www.mme.gov.br/site/menu/select_main_menu_item.do?channelId=8213)

⁷ CONAB, op. cit. P. 15 Quadro 8.



Produção de etanol: safra 2006 foi de 17,47 bilhões de litros, 10,8% maior do que a de 2005. A safra 2007 foi de 23 bilhões de litros, ou seja, 31,65% maior que a anterior. Para a safra de 2008 estima-se 27,09 bilhões de litros, 17,73% a mais.

Para 2008, de uma produção esperada de 27,09 bilhões de litros, prevê-se que 4,2 bilhões de litros deverão ser exportados, sendo 2,5 bilhões de litros para os EUA.⁸

- Na safra de 2007 a participação da cana destinada para a produção de álcool estava em 54,03% (45,97% para o açúcar) e na de 2008 essa proporção está estimada em 56,9% (43,1% para o açúcar).
- O Brasil conta hoje com 370 unidades sucroalcooleiras (agroindústrias) e deverá chegar a 409 ou mais até o final da safra 2012/2013. Se os projetos em fase de aprovação pelos organismos governamentais forem aprovados se ultrapassará em 2013 a um total de 500 usinas sucroalcooleiras no país.
- Com a crise financeira foram adiados 47 projetos de implantação de novas usinas. No ano passado, havia a estimativa de que 140 usinas seriam implantadas até 2015. A previsão caiu para 93.⁹
- Predominam no país as unidades sucroalcooleiras mistas (etanol e açúcar), em geral de maior porte. Essas unidades mistas representam 65,6% do total das usinas, mas serão os responsáveis por 85,6% da moagem da cana a ser colhida na safra 2007/2008.¹⁰
- Apesar do elevado número de usinas a tendência recente é a da concentração e centralização da produção de etanol (e cana de açúcar).
- Um exemplo dessa concentração é a compra da rede nacional de 1.500 postos de distribuição de combustível da Esso Brasileira de Petróleo, subsidiária da ExxonMobil do Brasil, pela COSAN, empresa do Grupo Ometto, a maior produtora de álcool e açúcar do país, fato esse anunciado no dia 23 de abril de 2008.

⁸ CONAB (2008a), Produção de álcool e açúcar é a maior da história do país, in Notícias 29/04/2008. <http://conab.gov.br/conabweb/>

⁹ Elvira Lobato e Pedro Soares (sucursal da FSP no Rio) (2008). Crise freia projetos de expansão de álcool. In Folha de São Paulo 11 de novembro.

¹⁰ CONAB (2008b). Perfil do Setor do Açúcar e do álcool no Brasil. Situação observada em novembro de 2007. Brasília, abril, 76, p. 14.

¹¹ Ronaldo D'Ercole e Ramona Ordoñez, *O grande negócio do etanol. A Esso vai para um usineiro*, reportagem publicada pelo jornal O Globo, Rio de Janeiro, 25-04-2008.



- A COSAN desde 1990 já havia se associado com o grupo inglês Tate Lyle, tendo sido reforçada pelas parcerias com os “traders” franceses Tereos e Sucden.¹¹ Essa aquisição é o início da verticalização por uma empresa privada (da produção da matéria prima à distribuição do produto final) do etanol no Brasil. Por outro lado, a Petrobrás, empresa com interesses governamentais, mas com lógica capitalista, constituiu recentemente (março de 2008) “(...) uma empresa para conduzir as atividades de biocombustíveis. A nova unidade absorverá a produção de etanol (CBios), a aquisição de insumos e processamento de biodiesel, hoje executados diretamente pela estatal, além dos investimentos futuros. O objetivo é coordenar todas as atividades da cadeia produtiva de biocombustíveis com atuação no Brasil e no exterior”.¹²

A Copersucar, maior cooperativa de açúcar e álcool do mundo, apresenta-se hoje ao mercado com uma nova roupagem. Sai a cooperativa, entra a Copersucar S.A., a maior empresa sucroalcooleira do país, à frente da COSAN. As 33 usinas associadas à cooperativa são agora acionistas da holding Produpar, que passa a controlar a gigante. A empresa nasce com faturamento anual de R\$ 5,7 bilhões e programa investimentos de US\$ 1 bilhão para os próximos três anos, sobretudo em logística. A meta do grupo é triplicar de tamanho até 2018, saindo das atuais 70 milhões de toneladas de cana processada para 200 milhões de toneladas - crescimento que deverá acontecer com a entrada de novos acionistas (usinas) na holding. A meta da Copersucar é alcançar 30% de participação no mercado brasileiro de açúcar e álcool em dez anos.¹³

Esse processo de expansão da cana de açúcar pressiona e invade áreas tradicionais de cultivos de alimentos. “(...) a cana-de-açúcar tem avançado sobre áreas cultivadas com soja, milho, café e laranja na região centro-sul do país, num total de 176,2 mil hectares, revela estudo oficial divulgado na terça-feira pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os dados apontam que ao menos 27% da expansão da área de cana no ano-safra 2007/08, segundo declaração dos próprios produtores, ocorreu em regiões antes ocupadas por essas culturas. O restante da expansão foi em áreas de pastagens (...)”.¹⁴

¹² Roberto do Nascimento. Petrobrás cria empresa de biocombustíveis. 04/03/2008. <http://invertia.terra.com.br/carbono/interna>

¹³ Fonte: Copersucar torna-se S.A. e costura alianças. Mônica Scaramuzzo, de São Paulo. Valor, 01.10.2008,

¹⁴ Mauro Zanatta. Cana avança em áreas de alimentos, reportagem no jornal Valor Econômico, 30/04/2008.



3.3. EUA: o etanol a partir do milho (tradicional)

- Existem 147 destilarias de álcool nos Estados Unidos. As usinas, que empregam principalmente o milho, têm capacidade para produzir mais de 8,5 bilhões de galões (32,2 bilhões de litros) do combustível ao ano. Outras 55 unidades de produção estão sendo construídas e seis vêm sendo ampliadas para incorporar 5 bilhões de galões de capacidade (18,95 bilhões de litros), disse a Associação de Combustíveis Renováveis de Washington em 30 de maio (2008).¹⁵
- A produção de etanol dos EUA prevista para 2008 é de 9 bilhões de galões (34,11 bilhões de litros).¹⁶
- A UE importou um volume recorde de 1 bilhão de litros do combustível no ano passado – quase tudo do Brasil –, segundo a Associação Européia de Bioetanol. O presidente dos EUA, **George W. Bush**, fixou a meta de aumentar a utilização de combustíveis renováveis nos EUA para 36 bilhões de galões (136,44 bilhões de litros) até 2022, a partir dos 9 bilhões de galões definidos para este ano (2008).¹⁷
- O etanol de milho já abocanha 25% da safra norte-americana para oferecer em troca menos de 4% de substituição aos 520 bilhões de litros de gasolina consumidos no país. Em 2007 os EUA devem transferir cerca de US\$ 8,5 bilhões em subsídios ao etanol. Em 2008 – quando se espera um aumento da produção, com a inauguração de novas usinas – serão US\$ 11,5 bilhões e um salto para 66% do valor concedido por litro... A demanda garantida pelo governo para 2012 – entenda-se, por garantida, subsídio – é pouco superior a cerca da metade da oferta esperada.¹⁸
- As remessas de álcool do Brasil, o maior exportador mundial, deverão crescer para até 4,5 bilhões de litros em 2008, comparativamente aos 3,2 bilhões de 2007. O Brasil é o segundo maior produtor e consumidor mundial do combustível (cf. UNICA).¹⁹
- Os EUA respondem por 70% das exportações mundiais de milho amarelo. Um deslocamento maciço dessa oferta para produção de etanol provocará distúrbios em nações que dependem da importação desse grão. É o caso do México e dos países da América Central,

¹⁵ EUA, Brasil e UE aceleram 'commoditização' do álcool. 21/6/2008, in UNISINUS on line. fonte: Folha de S.Paulo, 21-06—2008, agência de notícias *Bloomberg*.

¹⁶ Ibidem

¹⁷ Ibidem

¹⁸ Silva, José Graziano (2007). Produção de etanol e comércio justo, in Valor Econômico, 19.11.2007.

¹⁹ EUA, Brasil e UE aceleram 'commoditização' do álcool. 21/6/2008, in UNISINUS on line. in Folha de S.Paulo, 21-06-2008, agência de notícias *Bloomberg*.



todos eles dependentes das importações de milho norte-americano, da ordem de US\$ 1 bilhão por ano.

- Os biocombustíveis terminaram por amarrar os preços da comida e os do petróleo de uma maneira que pode perturbar profundamente o relacionamento entre produtores e consumidores de alimentos, e entre as nações, nos próximos anos, o que acarreta implicações potencialmente devastadoras tanto para a pobreza no mundo quanto para a segurança alimentar.²⁰

3.4. O salto na inovação tecnológica:

Quatro pilares estratégicos para competitividade para etanol brasileiro, segundo a direção do Pólo Nacional de Biocombustíveis ESALQ -USP²¹;

Construção de mercados globais;

Expansão da capacidade: sustentabilidade–redução de barreiras técnicas;

Remoção dos gargalos de infra-estrutura: transporte, armazenagem, distribuição, etc;

Inovação.

3.4.1. O etanol celulósico

Toda a indústria brasileira de etanol hoje é baseada no caldo de cana, que contém só um terço da energia da planta. Os outros dois terços estão no bagaço (metade do qual é queimado para produzir energia) e na palha da cana (geralmente queimada ou deixada no campo), que poderiam servir como fonte de celulose.

O Brasil e países como os Estados Unidos e o Canadá querem desenvolver etanol celulósico a partir de resíduos de produtos como o bagaço e a palha da cana de açúcar, a “switchgrass” (tipo de capim) ou lascas de madeira – processo cujas barreiras tecnológicas estão sendo gradualmente superadas. O CTC já tem uma unidade de

²⁰ Ibidem

²¹ Competitividade e inovação tecnológica em bioenergia e biocombustíveis. Conferência nacional do Prof. Weber Amaral. Pólo Nacional de Biocombustíveis, ESALQ –USP, 27 de setembro 2007 –Conferência Nacional –USP –São Paulo. In http://www.usp.br/bioconfe/palestras_pdf/Painel%203_Weber%20A.%20N.%20do%20Amaral_27.09.pdf, consulta dia 12/11/2008 às 09:40 horas.



pequena escala e a Petrobras montou uma usina piloto para desenvolver a tecnologia, que segundo especialistas deve acabar com o debate sobre alimentos versus combustível.

- O governo de George W. Bush decidiu concentrar os milionários recursos do Programa de Biomassa do Departamento de Energia (DOE, sigla em inglês) no desenvolvimento, demonstração e distribuição do etanol celulósico no país. Só este ano, o DOE anunciou a liberação de mais de US\$ 1 bilhão para projetos multianuais de pesquisa e desenvolvimento enquadrados no programa. Uma das verbas mais expressivas saiu em fevereiro: US\$ 385 milhões para financiar a construção de seis **plantas comerciais de etanol celulósico** em quatro anos.²²
- A Verenium é uma de várias empresas americanas fazendo pesquisa nessa área, apoiadas por investimentos milionários do Departamento de Energia dos EUA. Visando a reduzir sua dependência no petróleo, os Estados Unidos têm como meta produzir 79,5 bilhões de litros de biocombustíveis até 2022, dos quais 60,5 bilhões deverão ser etanol de celulose.
- A expectativa é que as enzimas que funcionarem com a cana também servirão para outros tipos de gramíneas, como sorgo, palha de trigo, colmo de milho ou “switchgrass” (uma grama de pradarias muito comum nos EUA). A empresa planeja abrir uma usina comercial em 2010, com capacidade para produzir 310 mil litros de etanol/dia.
- Entre os brasileiros, essa tecnologia é desenvolvida pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), que tem convênio com a Novozynes (Dinamarca), especializada em enzimas, e na Canavialis, ex empresa do Grupo Votorantin Novos Negócios.²³
- As **empresas brasileiras de biotecnologia Alellyx e Canavialis, da VNN, foram vendidas para a americana Monsanto**. A aquisição foi anunciada dia 03/11/2008 pela **Monsanto** e pela **Votorantim Novos Negócios** (VNN), fundo de capital de risco do Grupo Votorantim que criou e financiava as duas empresas desde 2002. A venda para a **Monsanto** foi fechada por US\$ 290 milhões (R\$ 616 milhões).²⁴

²² Rachel Bueno (2007). **Iniciada construção de planta comercial de etanol celulósico; empresa diz que produção será de 75 milhões de litros/ano**. UNICAMP, Inovação, 17 de dezembro. <http://www.inovacao.unicamp.br/report/noticias/index.php?cod=205>

²³ Fonte: jornal O Valor desta terça-feira (10/06/2008), in **EUA aposta no Etanol de 2ª geração**.

²⁴ Reportagem de **Herton Escobar** e publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, 05-11-2008.



- Segundo Helena Schum, responsável pela área de biocombustíveis do Laboratório Nacional de Energia Renovável, instalado no Colorado, vinculada ao Departamento de Energia dos EUA - e que esteve em recente visita ao Brasil, o governo americano pretende formalizar a anunciada parceria com os brasileiros para produzir etanol. Mas será etanol celulósico.²⁵
- A Aracruz Celulose já está produzindo etanol a partir da lignina (que gera o chamado licor preto), matéria-prima resultante do processamento da celulose. O projeto piloto teve início há cerca de cinco anos. A Aracruz tem investido cerca de US\$ 1 milhão por ano apenas nesta pesquisa. A viabilidade da fase industrial dependerá da escolha do melhor processo, mas ainda não sabem qual o mais favorável economicamente. O uso da lignina tornará a celulose uma fonte de recursos 100% aproveitável. Além de originar etanol, o licor preto também é matéria-prima para a produção de fibra de carbono. É uma forma de adicionar valor à celulose.
- A Aracruz possui atualmente cerca de 30 convênios com instituições de pesquisa no exterior. A companhia tem buscado parcerias com entidades, empresas e também com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento de um Centro de Tecnologia de Biorefinarias.
- Empresas brasileiras e organizações industriais vão formar uma “joint venture” para financiar pesquisas em álcool celulósico. Quem participa? A Copersucar, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), a subsidiária da Bunge no país, a Votorantim, o Itausa e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) A Embrapa fará a pesquisa técnica. Procuram novos parceiros, incluindo no exterior.²⁶
- A empresa Range Fuels, com sede nos EUA, conseguiu eliminar completamente a necessidade das caras enzimas geralmente usadas na produção do etanol a partir da lignocelulose. Para isso, adotou um processo termo-químico, batizado de K2, que na prática funciona como uma planta de biomassa em líquidos (BTL). A tecnologia BTL transforma a matéria-prima em gás, que posteriormente é transformado em combustível. De acordo com a empresa, a indústria madeireira da Georgia pode fornecer resíduos suficientes para a produção de 7,4 bilhões de litros de biocombustível por ano.²⁷
- O processo de gaseificação na atualidade, ainda que seja uma técnica desenvolvida nos anos 1920 para a conversão direta de combustíveis

²⁵ Ibidem.

²⁶ Empresas brasileiras investem em pesquisa para álcool celulósico. Inae Riveras, REUTERS, 04/11/2008.

²⁷ Tuesday, July 3rd, 2007 at 2:47 pm and is filed under [Etanol](#), [Geral](#), [Internacional](#), [Tecnologia](#)



sólidos em gás combustível, conta com a ajuda da nanotecnologia. Pesquisadores do Laboratório Ames, dos Estados Unidos, estão desenvolvendo esse processo.²⁸

- Similaridades e diferenças no metabolismo de carboidratos de dois microrganismos (os fungos *Trichoderma reesei* e *Saccharomyces cerevisiae*) foram identificadas por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e podem levar à produção de álcool a partir da celulose — o componente principal da parede celular de vegetais. Produzir uma cepa de *T. reesei* geneticamente modificada e capaz de transformar celulose em álcool requer mais pesquisas para que os resultados deixem a escala laboratorial e possam ser aplicados à indústria, conforme alerta o professor El-Dorry da USP²⁹.
- A equipe do professor Kurt Rosentrater, do Laboratório de Pesquisas Agrícolas dos Estados Unidos, descobriu que um material conhecido tecnicamente como DDGS (*Distiller's Dried Grains With Solubles*), gerado durante a fabricação do bioetanol, possui um alto teor de fibras que o torna perfeito para o uso como carga na fabricação de plásticos. Comprimindo misturas de DDGS e resina plástica fenólica, os pesquisadores descobriram que uma concentração entre 25 e 50% de DDGS é perfeita para a utilização como uma carga não-fóssil para os plásticos. A fabricação de compósitos plásticos com conteúdos biológicos tem grande interesse da indústria e dos consumidores, estes preocupados com a redução no consumo de produtos derivados do petróleo.³⁰

3.4.3. Diesel da sacarose

- Com um aporte de capital da Votorantin Novos Negócios e associada com a Usina Santa Elisa, a norte-americana Amyris, da Califórnia, empresa que detém a tecnologia de transformar o caldo da cana-de-açúcar em diesel, vai ter sua tecnologia colocada em prática no interior paulista em 2010, em Sertãozinho. A meta é produzir 400 milhões de litros no primeiro ano e um (1) bilhão de litros, em 2012. O Brasil consome 45 bilhões de litros de diesel/ano.³¹

²⁸ Biomassa vira gasogênio, que vira etanol. E com alta produtividade, in Inovação tecnológica.

Redação do Site Inovação Tecnológica 28/08/2008. <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?>, Consulta dia 12/11/2008 às 08:45 horas.

²⁹ Fernanda Marques, in Ciência Hoje On-line 21/01/08.

³⁰ Subproduto do etanol vira componente não-fóssil para o plástico. Redação do Site Inovação Tecnológica 24/07/2008. in <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?>

³¹ Brasil vai produzir diesel de cana-de-açúcar a partir de 2010. O Estado de S. Paulo, 15 outubro 2008, in: Biodiesel.com.br. <http://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/brasil-produzir-diesel-cana-acucar-partir-2010>.



- A produção do diesel de cana poderá ser feita no mesmo tanque da usina onde hoje é realizada a fermentação da chamada “garapa” para a produção de etanol. A diferença é que, em vez de se colocar a levedura *Saccharomyces*, um outro fermento semelhante, mas modificado geneticamente, será utilizado, resultando num combustível com as mesmas características daquele com origem fóssil. Por ser transgênico, o novo *Saccharomyces* ainda terá que ser aprovado pela CTNBio, o órgão que trata de biossegurança no Brasil.³²

3.4.4. Outros usos do etanol

O etanol é utilizado, nas indústrias, como reagente de partida para vários compostos químicos, tais como o ácido acético, butadieno, acetaldeído, etc. Como é miscível com qualquer proporção de água, e com a maioria dos solventes orgânicos, é muito utilizado como solvente para muitas substâncias na fabricação de perfumes, tintas, vernizes e explosivos.

3.4.5. Reprodução do modelo brasileiro

- Setenta (70) representantes de mais de 30 países da América Latina, Caribe e África conheceram a produção e a utilização sustentável de etanol na 1ª Semana do Etanol: compartilhando a experiência brasileira (em inglês, 1st Ethanol Week: sharing the Brazilian Experience), promovida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), de 1º a 5 de setembro, no Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de São Carlos, Via Anhanguera, Km 174, em Araras/SP.³³
- Missão acadêmica brasileira realizou (outubro 2008) um “road show” internacional para mostrar estudos mensuráveis de que a produção de etanol não desmata a floresta amazônica, tem o melhor balanço de redução de emissões de gases de efeito estufa e sustentabilidade ambiental. Visitaram Amsterdã, Bruxelas, Londres, Paris e terminou em Washington. Mais que apenas contestar as teses contra o etanol brasileiro, a delegação quer influenciar autoridades na Europa e nos Estados Unidos que decidirão exigências de sustentabilidade dos biocombustíveis que vão importar. Intelectuais presentes: prof. Weber Amaral, da Universidade de São Paulo (ESALQ), prof. Isaias Macedo, da Unicamp, ministro André Correa do Lago, Diretor do Departamento de Energia do Itamaraty, André Nassar, diretor-geral do Ícone, instituto de pesquisa financiado pelo agronegócio, a Apex ajuda a organizar os debates, com o “Centro para Estudos de Políticas

³² Ibidem

³³ Brasil promove treinamento em etanol para missões estrangeiras, 01/09/2008, in <http://www.protec.org.br/noticias.asp?cod=1961>. Consulta 12/11/2008 às 09:12 horas



Européias”, em Bruxelas; mais professores das Universidades de Utrecht e Wageningen, da Holanda.³⁴

- A concepção de mundo da burguesia nacional sob a hegemonia do capital oligopolista transnacional é de que com a expansão da energia de fonte renovável a partir da biomassa se está inaugurando um novo processo civilizatório que abre novas fronteiras para os povos, em especial aquelas das denominadas sociedades emergentes.

4. Impactos e conseqüências

- Além da apropriação privada dos recursos naturais pelas empresas transnacionais, da degradação ambiental, da generalização da utilização dos organismos geneticamente modificados, da superexploração dos trabalhadores, das fusões e incorporações empresariais sob controle do capital transnacional, da concentração e a privatização da ciência e tecnologia outrora públicas, a centralização da renda e da riqueza com a conseqüente ampliação das desigualdades sociais, entre outros, o complexo agroquímico a partir da cana de açúcar e do etanol compromete a soberania nacional.
- Por detrás dessas iniciativas empresariais nacionais e transnacionais oligopolistas está o capital financeiro.
- Nesse processo de expansão do complexo agroquímico a partir da cana de açúcar e, em particular do etanol, as empresas oligopolistas transnacionais dominam e usufruem mundialmente das fontes renováveis de energia a partir da biomassa.
- Os OGMs tornaram-se a base do salto de inovação tecnológica desse complexo agroquímico.
- A expansão da área plantada com cana de açúcar de 2007 para 2008 foi de 1,9 milhões de hectares. Essa nova área plantada ocupou áreas de pastagens, mas, principalmente áreas de lavoura e de desmatamento no Cerrado (ver Relatório da CPT)³⁵.
- Essa pressão do monocultivo da cana de açúcar aliada à expansão dos demais monocultivos como a soja, milho e reflorestamentos industriais ocasiona forte pressão sobre o preço das terras e, conseqüentemente, no preço e na escassez dos alimentos.

³⁴ Missão brasileira fará ‘road show’ em defesa do etanol. Artigo de Assis Moreira, de Genebra 06/10/2008. Valor, 06.10.2008.

³⁵ CPT e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2008). Relatório sobre os impactos da produção de cana no Cerrado e na Amazônia. Brasília, novembro.



5. A luta política e ideológica: a construção de uma contracultura

5.1. A luta política tradicional

Denúncias e ações políticas e judiciais contra:

- Concentração das terras;
- Desmatamentos;
- Poluição solos, ar e águas;
- Apropriação das terras e dos recursos naturais pelo capital estrangeiro;
- Trabalho escravo;
- Trabalho infantil;
- Discriminação e exploração da mulher;
- Superexploração dos assalariados;
- Desagregação do campesinato...

5.2. A luta política contemporânea

Denúncias e ações políticas e judiciais contra:

- Privatização do saber científico e tecnológico;
- OGMs e nanotecnologia;
- Oligopolização do mercado mundial dos alimentos;
- Monocultivos sob controle de empresas transnacionais;
- Pseudo regulamentação... pelo Estado;
- Artificialização dos alimentos.

5.3. A construção de uma contracultura

- A superação da sociedade capitalista;
- Explicitação de uma outra concepção de mundo;
- A urgência de um projeto popular para a sociedade;
- Harmonização de um discurso afirmativo por um outro modo de viver;
- A afirmação da multiculturalidade...
- A negação da pseudo sociedade da fartura (consumismo, desperdício...);
- Repensar outra concepção de Estado (falência do modelo de Estado Liberal).

5.4. Enfim...

Estamos enfrentando não apenas a expansão da cana de açúcar e a produção de etanol;



Estamos enfrentando um complexo agroquímico mundial de grande envergadura;

Esse complexo agroquímico está sob o controle das grandes empresas transnacionais... e pelo capital financeiro;

Para enfrentar esse complexo agroquímico deveremos inovar nos processos de luta de classes;

Um aspecto dessa inovação seria a construção de uma contracultura ao capitalismo monopolista;

Quem sabe precisaríamos repetir, num novo contexto, 1968.





- PARTE 2-

MARCELO CALAZANS*

**O MONOCULTIVO DO EUCALIPTO:
A ESTRATÉGIA DAS EMPRESAS**

* Marcelo Calazans. FASE-ES, julho de 2007



O que há por detrás da expansão dos monocultivos e indústrias de celulose no Sul? A idéia aqui é tentar seguir esse caminho de questionamento, desde a experiência da FASE no Espírito Santo, com suas conexões regionais, nacionais e internacionais.

Se perguntarmos isso pra um tecnoburocrata ou empresário do setor, ele repetirá o velho bordão: “Produzimos celulose porque o mundo precisa de papel.”. É importante deglutirmos bem esses slogans e bordões do setor empresarial. Porque não é todo mundo que demanda celulose, nem para os mesmos fins, ou na mesma intensidade. Mas qual o mundo que precisa de tanta celulose? E para que usos?

O sobre-consumo se concentra sobretudo em países do Norte, como EUA, Japão, Reino Unido, Alemanha, etc) Um alemão ou americano médio consome 30 ou 300 vezes mais papel que um brasileiro ou coreano. Mas o consumo médio nunca é um bom indicador, pois Norte aqui não é apenas uma referência geográfica e espacial desde a linha do Equador, mas também inclui os diversos Nortes, as ilhas de sobre-consumo no Sul. É o caso do consumo nos bairros e condomínios das classes médias e altas, urbanas, em SP, RJ, Bogotá, Buenos Aires, Assunção, Quito, que em nada perde pra Frankfurt, Nova York, Londres, Tokyo. O consumo cresce a taxas de 6% ano (3% nos 90), e se concentra em setores sociais específicos, no Norte e no Sul. Diante do refrão empresarial de que o mundo precisa de papel, devemos sempre perguntar: Qual o mundo que precisa de tanta celulose?

Outro aspecto de deglutição do coro empresarial “O mundo precisa de papel, para escolarização das crianças”. A ênfase aqui não é tanto a demanda, mas o uso. Uma lógica mecânica argumenta o processo: “mais plantações, mais fábricas de celulose, mais papel, livros, mais crianças na escola...” Neste aspecto, o caso da Aracruz Celulose é simbólico: no relatório empresarial de 2004, 98% para exportação, 55% de toda a produção é para papéis sanitários, e 22% para papéis especiais, lenços, toalhas, produtos one way. Outra parte vai pra embalagens, propaganda e papéis sofisticados de impressão. Onde estão aqui os livros, cadernos, cartilhas etc? O setor de celulose no ES não alimenta nenhum parque gráfico regional ou nacional.

Em 2006, fizemos uma campanha com algumas ONGs na Alemanha, com a ONG RobinWood e outros parceiros de lá. Imaginávamos no ES que sempre seria muito difícil alguma campanha atingir o consumo da celulose da Aracruz no Norte, porque era um produto semi-elaborado, e então seria muito difícil verificarmos em um produto final, quanto de celulose vinha especificamente da Aracruz. Depois de alguma pesquisa na Alemanha, nossos parceiros perceberam que 45% da exportação da Aracruz pra aquele país ia pra Proctor & Gamble e Kimberly-Klark, e era a base de lenços de papel como Tempo e Kleenex, muito difundidos em toda Europa. Então tínhamos um claro alvo para a sociedade alemã, e começamos uma campanha de boicote e denúncia desses produtos, a partir das denúncias e lutas regionais



travadas no Espírito Santo. O uso one-way, as propagandas e embalagens empresariais vêm sustentando o aumento do consumo de celulose. Uma expansão que traz a marca estrutural do desperdício. E que pouco se importa com políticas de reciclagem e com a pesquisa de novas fibras. De qualquer forma, não é possível uma resistência vitoriosa no Sul, sem campanhas no Norte de redução do consumo.

Além do sobre-consumo, outro fator que sustenta a expansão dos plantios de eucalipto e das fábricas de celulose é o retorno de investimentos das empresas Transnacionais. E aqui, mais uma vez, o caso Aracruz é emblemático. Por detrás da Aracruz Celulose, existe uma extensa lista de Transnacionais que participam da mesma orquestração de interesses. São basicamente 3 tipos de empresas, de acordo com o lugar que ocupam na cadeia produtiva.

Primeiro as empresas que fornecem tecnologia e maquinário para indústrias e plantações. Kvaerner, Metso, ABB (Billerud-A.B), Andritz-Ahlstrom, Voith Paper (linhas de secagem), Siemens, Partek, AKZ (turbines), Beloit (torres e filtros), Kamyr (digestor), Mannesmann (pontes rolantes), BBC Brown (geradores), Jaakko Poyry (consultoria em plantações). Na construção da terceira fábrica da Aracruz no Espírito Santo, dos US\$ 825 milhões investidos, mais de US\$660 milhões foram para adquirir maquinário e tecnologia dessas transnacionais, principalmente nórdicas (Noruega, Suécia, Finlândia), além de Alemanha, Reino Unido, entre os principais países.

Depois, as empresas que consomem a celulose da Aracruz, como as já mencionadas P&G e K-Klark, empresas de embalagens, entre outras, que re-processam a semi-elaboração da pasta química de fibras que exportamos, e agregam a forma e o valor de produtos finais (fraldas, lenços, toalhas etc). Ao exigirem, na ponta final do consumo, fibras uniformes, homogêneas, de grande brancura, em larga e crescente escala, sobre-determinam não apenas a intensidade de expansão, como também o modo e o modelo produtivo que devasta o norte do ES: uniformidade de espécie, homogeneização territorial, curto ciclo, branqueamento etc.

E finalmente as empresas do próprio setor em pauta, como Aracruz, Suzano, Veracel Votorantim, Klabin (Brasil), articuladas ou não a Transnacionais como StoraEnso, também produtoras e exportadoras de celulose. A Aracruz se aproxima da meta de produzir 32% do mercado mundial de fibra curta de eucalipto. Se expande ainda no Espírito Santo (via fomento florestal), pelo extremo Sul e Sul da Bahia, pelo Rio Grande do Sul, pelo Norte do Rio de Janeiro.

Se observarmos bem esses três grupos de transnacionais envolvidas no mercado global e nacional do macro-setor de celulose, percebemos claramente o lugar do Brasil, da América Latina, Ásia e África. No Norte, a tecnologia, o maquinário, o maior valor agregado, os lenços de papel, o menor risco ambiental. No Sul, a pasta química, o trabalho semi-elaborado, os plantios em larga escala, e centenas de conflitos territoriais e ambientais.



As Instituições Financeiras Internacionais também participam dessa orquestração de interesses na expansão dos monocultivos e plantas celulósicas no Sul. No caso específico da Aracruz, o IFC do Banco Mundial, o Banco Nórdico de Investimento, o Banco Europeu de Investimentos, as Agências finlandesa, norueguesa e alemã, de Crédito para Exportação (ECAs), o Fundo do Petróleo da Noruega e mesmo a Coroa Sueca (e talvez inglesa?) mantêm investimentos em ações, oferecem crédito, financiam e garantem a cobertura do seguro. E aqui há uma relação estreita entre essas instituições e os governos de Estado. No caso da terceira fábrica da Aracruz, por exemplo, inaugurada em Agosto 2003, o BNDES financiou US\$435 milhões, de um total de US\$ 825 milhões. Mais da metade. Os processos financeiros são de difícil acesso, principalmente no Sul, mesmo que os Estados estejam neles inseridos. Mas podemos imaginar coisas assim: o Banco Nórdico e o BEI operam com o BNDES que financia a Aracruz para comprar equipamentos da Mannesmann, por exemplo. A Agência Finlandesa de Crédito para Exportação financia a Jaakko Poyry ou outra empresa de lá, para exportarem para a Aracruz, ao mesmo tempo em que a Aracruz capta junto ao BNDES recursos para importação de maquinário e tecnologia da Finlândia. No que toca às Instituições Financeiras Internacionais existe ainda muito pouca transparência nesses processos e no Espírito Santo, com alguns parceiros da Rede Deserto Verde, estamos buscando entender melhor o papel do BNDES em tudo isso, além de ser detentor de 12% das ações da Aracruz Celulose.

Qualquer estratégia de resistência à expansão deve se ater também para explicitar e, se possível, drenar as fontes de financiamento do setor. As campanhas no Norte por transparência e democratização dos bancos e agências estatais de crédito devem se articular com campanhas no Sul, como no caso brasileiro do BNDES. Depois de alguma campanha na Suécia, a Coroa Sueca retirou seus investimentos da Aracruz. Em 2007, o IFC do Banco Mundial entrou em contato com entidades da Rede Deserto Verde, com um questionário sobre impactos do setor de celulose, no ES, BA, MG, RS. Estão sendo mais uma vez requisitados créditos para expansão de todo o setor. Temos de atuar nesses processos, pois decidem o destino de centenas de milhares de pessoas em todo o Sul.

Já que nos aproximamos das políticas de Governo e de Estado, esses também são fatores significativos que sustentam a expansão dos plantios e das indústrias de celulose. E também aqui, o caso brasileiro se repete por todo o Sul. Além do crédito, por 5 outras maneiras os governos e Estados do Sul têm promovido o interesse das empresas, corporações, bancos e transnacionais do Norte:

1. Através dos chamados Planos Nacionais de Florestas, muitos governos do Sul têm planejado com os setores empresariais os investimentos e metas de crescimento e expansão. Por boa parte da América Latina,



a RECOMA (Rede LatinoAmericana contra Monocultivos de Árvores) faz ecoar os diversos planos “florestais” dos Estados Nacionais, como instrumentos de expansão dos plantios de eucalipto, pinus, palmeiras, etc. No Brasil, por exemplo, quando Lula assumiu em 2003, o Ministério do Meio Ambiente logo assegurou o Plano Nacional de Florestas: + 6 milhões de hectares até 2013, em um ritmo de crescimento de 600 mil hectares ano. O plano está em curso, legitimado por um Conselho Nacional de Florestas, que passa ao largo dos conflitos sócio-ambientais ao longo da vizinhança do setor. Por todo o Sul é possível encontrarmos os Planos Nacionais de Florestas e, lá dentro, se trata basicamente de plantações de árvores em larga escala, para fins comerciais. Neste aspecto, os compromissos dos diversos Estados signatários da Convenção da Bio-Diversidade abrem um campo estratégico também de resistência, pois muitas das políticas florestais dos Estados (PNFs/PRONAF-Florestal) do Sul têm claramente privilegiado os plantios industriais e monocultivos, em detrimento das matas nativas. No caso do Brasil, o PNF tem ínfimos recursos para os biomas da caatinga, do cerrado, da mata atlântica, dos campos sulinos, etc e vasto foco e recursos para os plantios homogêneos de eucalipto.

2. Também através de isenções fiscais, os governos e Estados colaboram com a expansão dos plantios e fábricas celulósicas. Isenções de impostos para exportação de semi-elaborados (Lei Kandir no Brasil), isenção de impostos sobre terra, água. Somente a Aracruz, no Espírito Santo, consome 248mil metros cúbicos de água por DIA (equivale ao consumo de uma cidade de 2milhões e 500 mil pessoas), e nunca pagou nada por isso. Em geral, entre os Estados da federação, se promovem guerras fiscais, e as empresas jogam bem esse jogo, em detrimento dos já escassos orçamentos públicos em todo o Sul.
3. As políticas de des-regulação e flexibilização social e ambiental dos Estados, promovem também a expansão dos plantios e fábricas de celulose. Os Institutos Estaduais de Meio Ambiente, os velhos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais, os Conselhos e Comissões de Estado, em geral, participam ativamente na desconsideração, desqualificação e omissão dos impactos ambientais e sociais das empresas. Não há controle dos agrotóxicos, o desemprego e a terceirização do trabalho rural se aprofundam, as matas ciliares e nascentes não são respeitadas, as terras dos povos tradicionais quilombolas não são devolvidas, a reforma agrária não se realiza, a agricultura camponesa não é prioridade. Tudo na lei, todavia, no Sul os direitos sociais e ambientais estão subordinados ao modelo monocultor e exportador de semi-elaborados.
4. Outra participação ativa dos Estados é na questão judiciária, principalmente na criminalização e marginalização da resistência.



No Chile, no Brasil, há toda uma nova gramática de Estado, no diálogo com os povos tradicionais que resistem em meio ao eucalipto: são interditos proibitórios, reintegrações de posse, alvarás, processos criminais, intimações, portarias, multas etc. A segurança jurídica dos investimentos deve estar clara, como mensagem dos Estados do Sul, para os investidores do Norte, ainda que sob a guarda dos batalhões de choque. E muitos companheiros e companheiras têm sido presas e processadas, como indígenas, quilombolas, sem terra e camponeses do ES, MG, BA, mulheres camponesas no Rio Grande do Sul, mapuches no Chile, entre outros.

5. Também a relação do Estado com as empresas se evidencia no financiamento das campanhas para executivo e legislativo, em todas as dimensões territoriais, nacional, estadual, municipal. A bancada de setores monocultores de eucalipto nos parlamentos é sempre significativa e poderosa. No caso brasileiro, unificam-se dois setores estratégicos da economia, papel e celulose com siderurgia e ferro-gusa. O peso dessa bancada no parlamento federal, por exemplo, transcende a partidos políticos, o que se verifica facilmente no site do Tribunal Superior Eleitoral. A Aracruz Celulose, e suas empresas parceiras, por exemplo, contribuíram com campanhas de vários partidos, de amplo leque ideológico, no ES, MG, BA, RS e RJ. Isso, “caixa 1”....

Por último, quero abordar 3 pontos estratégicos que, de alguma forma, anunciam o atual boom da celulose e dos monocultivos de árvores em todo o Sul. No caso brasileiro, são fatores decisivos no atual planejamento da expansão do setor.

- a. O primeiro é o debate do clima e do aquecimento global. Na medida em que interpretam plantações de eucalipto de rápido crescimento como “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”, seja no sentido de fixar Carbono (plantações), seja no sentido de substituir carvão mineral (nos fornos siderúrgicos), o Banco Mundial e demais atores do Mercado Mundial de Carbono anunciam um novo horizonte de negócios, linhas de crédito e financiamento, para a expansão das empresas monocultoras, celulósicas ou siderúrgicas. Kyoto já representa um retrocesso em termos de redução das emissões, de 68% para 5%. E, destes 5%, se financiarem a fixação de carbono no Sul, através dos MDLs, os países do Norte não precisarão reduzir suas próprias emissões. Por todo o planeta, se escuta o discurso apocalíptico da crise do clima e seus efeitos, mas o mundo industrial, urbano, do sobre-consumo e tecnológico não abre mão de sua reprodução política e econômica. O Protocolo de Kyoto permite novos horizontes de expansão dos monocultivos de árvores de eucalipto. O Mercado de Carbono não resolve a crise do clima e aprofunda a desigualdade social e ambiental Norte-Sul. Sua lógica se assenta na garantia de continuidade dos níveis de consumo no



Norte, em troca de mais plantações de eucalipto no Sul, além de barragens, agrocombustíveis, etanol e etc.

- b. O segundo ponto de expansão em curso e futura do setor de monocultivos de eucalipto retira sua força não de Protocolos, mas da Ciência genética e agrônômica e florestal, comprometida com os parâmetros da produtividade empresarial. Neste campo, as Árvores GM já vêm sendo experimentadas em vários países do Sul, e estão na pauta de pesquisa de universidades (públicas e privadas) e laboratórios empresariais. Segundo Chris Lang, de WRM, a diminuição do ciclo entre plantio e corte, a produção de árvores com menos lignina, a capacidade de sobreviver a novos tipos de agroquímicos, a novas condições climáticas, entre outros aspectos, são elementos deste novo cenário de expansão. No Brasil, desde 1998 que a Aracruz Celulose possui licença para experimentos com eucalipto GM. Nunca descobrimos onde estão esses plantios e os processos administrativos e jurídicos que lhe dão legalidade. No âmbito federal tem a CTNBio, um conselho técnico que decide da bio-segurança, e responsável pela liberação comercial dos Organismos GM. A Rede por um Brasil Livre de Transgênicos tem monitorado o arroz e o milho, o eucalipto já está na pauta. Há forte pressão do setor para liberar comercialmente o eucalipto GM e este é um foco estratégico na dinâmica futura empresarial. Outra fonte de expansão futura que retira sua força da ciência empresarial é o uso da celulose como combustível, o que conecta mais uma vez as plantações de árvores com o debate do clima. As empresas que já plantam eucalipto para celulose e siderurgia já vêm este mercado como novo nicho de diversificação de investimentos. Não deixarão de produzir celulose, pois, como diz o bordão, “o mundo precisa de papel”, mas se “o mundo precisar também de energia não fóssil”, as mesmas empresas podem produzi-la, basta reescrever o refrão.
- c. Por fim, as estratégias de certificação de manejo florestal, que constroem princípios e critérios de sustentabilidade florestal e acabam por certificar plantações homogêneas de eucalipto como ambientalmente adequadas, socialmente justas e economicamente viáveis. É o caso do Conselho de Manejo Florestal (FSC), a nível internacional, do CERFLOR (no Brasil) e muitos outros “selos verdes”, que podem garantir até 20% no valor de cada tonelada de celulose exportada para países como Alemanha, por exemplo. A última vez que entrei no site do FSC Brasil, creio que faz 4 ou 5 anos isso, foi pra confirmar uma informação difícil de acreditar: menos de 1% das certificações daquele selo tinham sido certificações de manejos comunitários de matas nativas. A Aracruz, por exemplo, ao comprar a RioCell, já certificada, e se estabelecer no RS, ela poderia ampliar suas estratégias de venda. No entanto, aqui mais uma vez, a resistência foi vitoriosa, e a Aracruz novamente perdeu seu selo verde.





- PARTE3-

HORACIO MARTINS
JOÃO PEDRO STEDILE*

SOBERANIA ALIMENTAR:
UMA NECESSIDADE DOS POVOS

(*)Horacio Martins, é agrônomo e consultor da via campesina,
João Pedro Stedile, economista e membro da coordenação Nacional do MST e da
Via Campesina Brasil



Nota: Sem fugir às nossas responsabilidades individuais, procuramos consolidar nesse ensaio, a construção coletiva da via campesina no Brasil e a nível internacional sobre o tema da Soberania alimentar. E com isso contamos com a contribuição de muitos pesquisadores da via campesina, que sistematizaram conceitos e escritos sobre o tema.

Agradecemos a contribuição dos pesquisadores da Via Campesina: Peter Rosset, Francisca Rodriguez, Pamela Caro, Irene Leon, Paul Nicholson e Eric Gimenez.

Setembro de 2010





O direito à alimentação é um direito humano básico, incluído na Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, 1944. “todas as pessoas têm direito a uma boa nutrição como condição sine qua non para um desenvolvimento pleno, físico e mental” (artigo 25).”

1. A situação mundial: o domínio das empresas transnacionais sobre os alimentos

A fome e a desnutrição que atingem a milhões de seres humanos sempre foi ao longo da história da humanidade um dos problemas sócio-econômicos mais graves da organização das sociedades. Sua ocorrência esteve ligada a diversos fenômenos como: a) pouco conhecimento acumulado de técnicas de produção de alimentos mais produtivas; b) disputa e perda dos territórios mais férteis para produção de alimentos; c) ocorrência de fenômenos naturais que destruam colheitas e fontes de alimentos; d) epidemias que atingiam grande parte da população e também impedia a produção de alimentos; e) ocorrência de guerras generalizadas que mobilizavam os trabalhadores e imobilizavam as áreas agricultáveis para produção de alimentos.

Durante o século XX, as sociedades se organizaram de tal maneira que a maioria desses fenômenos já não foram responsáveis pela ocorrência de fome e desnutrição. No entanto, a fome e desnutrição jamais atingiram tantas pessoas como na era contemporânea da história da humanidade. Onde estaria a causa agora?

A explicação pode ser encontrada nas teses de nosso querido Josué de Castro: “a fome e a desnutrição não é uma ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si”.

De fato, a ocorrência da fome que atinge a milhões de pessoas, que em 2009 alcançou a um bilhão de seres humanos e em 2010 recuou em para 925 milhões, tem suas causas no controle da produção e na distribuição da produção e da renda entre as pessoas.

Nunca antes na humanidade a produção de alimentos esteve tão concentrada sob controle de uma mesma matriz de produção. Nunca antes na humanidade tão poucas empresas oligopolizaram o mercado, atuando a nível internacional e tiveram tanto controle sobre a produção e comércio de produtos alimentícios como agora. Estima-se que menos de 50 grandes empresas transnacionais tenham o controle majoritário da produção de sementes, de insumos agrícolas e da produção e distribuição dos alimentos em todo mundo.

O direito a alimentação, sob o manto do capitalismo internacionalizado, não é mais um direito humano, de todos os seres humanos, independente de sua condição social, de cor da pele, local de moradia, gênero e idade. Agora, o acesso a alimentos está regido



pelas leis capitalistas do lucro e da acumulação. E, portanto, as pessoas só têm acesso a alimentos se tiverem dinheiro e renda para comprá-los. E como há uma elevada concentração da renda, em praticamente todas as sociedades, e mais gravemente nos países do hemisfério sul, as populações pobres, majoritárias que vivem nesses países, sofrem as conseqüências da falta de acesso aos alimentos.

Vive-se uma situação mundial em que nunca antes o planeta havia produzido tantos alimentos, em função das técnicas agrícolas e da capacidade de beneficiamento e armazenamento, mas mesmo assim, nunca antes tantas pessoas estiveram privadas do acesso a esse direito humano, que fere a sobrevivência da própria espécie.

As chamadas políticas públicas, de responsabilidade dos governos que controlam os aparatos estatais, relacionadas com a política de abastecimento alimentar, estão mais do que nunca estabelecidas no âmbito geral de uma correlação de forças políticas determinadas pela macroeconomia mundial e corroboradas pelas práticas dos organismos multilaterais de defesa dos mercados oligopolistas. Assim, o comportamento do FMI (Fundo Monetário internacional), da OMC (organização mundial do comércio) e do Banco Mundial, sempre defenderam em primeiro lugar os interesses das empresas, encobertos sob o manto da liberdade de circulação do capital e das mercadorias. E no máximo, agora, defendem políticas governamentais compensatórias, para que a fome e a desnutrição não se transformem em tragédias sociais ou conflitos políticos internacionais. O outro organismo das Nações Unidas, criado para cuidar especificamente do tema, a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) está completamente ausente e incapaz de propor políticas de mudanças estruturais aos governos. A FAO se transformou nas últimas décadas em apenas um organismo burocrático de pesquisa e registro dos volumes da fome e da desnutrição que atinge a humanidade. Ajuda a denunciar, porem não tem forças para combater suas causas.

Mesmo as políticas compensatórias recomendadas por esses organismos internacionais acabam atuando muito mais sobre o rebaixamento do custo de vida nas grandes cidades, e assim, facilitam a manutenção e agravamento de baixos salários e das condicionantes de desigualdade social registradas em todos os países do hemisfério sul. E isso não tem sido contraditório, mas funcional aos interesses dominantes das grandes empresas e governos imperiais, com sua oligopolização do comércio de alimentos e com a política de dependência dos países pobres, periféricos, perante os mercados internacionais de alimentos controlados por essas grandes empresas transnacionais.

Um dos principais estudiosos contemporâneos do problema, o professor suíço e consultor das Nações Unidas, Jean Ziegler nos adverte que: "Uma das principais causas da fome e da desnutrição de milhões de seres humanos é a especulação, que sobrevêm, sobretudo, da Chicago Commodity Stock Exchange (Bolsa das matérias primas



agrícolas de Chicago), onde são estabelecidos os preços de quase todos os produtos alimentícios do mundo (...). Para resolver a crise alguns sugerem as seguintes soluções: regulação da especulação... em vetar de modo absoluto a transformação dos produtos agrícolas em biocarburantes... uma outra poderia ser que as instituições como Bretton Woods e a OMC poderiam mudar os parâmetros de sua política na agricultura e dar prioridade absoluta aos investimentos nos produtos de primeira necessidade e na produção local, incluindo sistemas de irrigação, infra-estrutura, sementes, pesticidas etc. Trata-se, pois, de um problema de coerência. Muitos países que fazem parte da Internacional Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) são também membros das instituições Bretton Woods e OMC (...)."³⁷

O programa de distribuição de alimentos através da FAO, para as populações mais pobres dos países periféricos, são apenas paliativos, não alcançam a toda população e são cada vez mais reduzidos na amplitude. É até certo ponto irônico que os alimentos distribuídos pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) para reduzir a fome de milhões de pessoas - e cujos fundos são constituídos por doações de vários governos no mundo, são adquiridos junto às grandes empresas multinacionais no mercado de alimentos internacional. E inclusive, as empresas usam desse programa para induzir o consumo de alimentos transgênicos, às vezes ainda proibidos nos países receptores e/ ou usam de estoques com prazos de vencimento do valor nutritivo em risco. Sua importância é tão limitada, que todo programa mundial do PAM para todos os países que têm populações famintas e menor em recursos, do que o programa bolsa-família do governo brasileiro! E se compararmos, os trilhões de dólares gastos pelos governos nos países do norte com socorros financeiros aos bancos na última crise (2008-9), veremos o quanto é ridículo a aplicação de alguns poucos milhões de dólares em ajuda alimentaria ao sul.

Para Mazoyer³⁸, "(...) a enorme distorção existente no sistema agrícola e alimentar mundial está na base das desigualdades de renda e de desenvolvimento entre os países. Este quadro agrícola, por sua vez, é uma herança histórica, e é uma ilusão pensar que somente o excedente produtivo poderá resolver o problema de falta de alimentos para grande parte da população mundial... A grande maioria destes pobres, mal nutridos, subalimentados e que acabam também morrendo, são pobres que vivem no meio rural e contraditoriamente poderiam produzir seus próprios alimentos. Desde que iniciaram as campanhas de combate à fome, o número de famintos só tem aumentado e o único

³⁷ Jean Ziegler (2009). Aqueles que violam o direito a nutrição. Arquivo 3 p.

³⁸ Marcel Mazoyer, entrevista concedida à Débora Prado (2010), in Segurança alimentar é o grande desafio do século XXI. São Paulo, setembro, arquivo 4 p.



fator de redução neste número de famintos é a alta da mortalidade por fome. Isto é uma tragédia”.

“A saída requer políticas estruturais corajosas abrigadas sob um novo guarda-chuva de segurança alimentar. Talvez esse seja o pior momento da crise para as populações mais vulneráveis do planeta. O agito das apostas na antessala da recuperação (*financeira mundial – HMC*) significa também o ponto máximo das privações na vida de populações marcadas por carências elementares e um adicional de fome e de famintos no mundo. Não por acaso, as últimas estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) indicam que a humanidade pela primeira vez na sua história ultrapassou a triste barreira de um bilhão de pessoas subnutridas: em pleno Século XXI, um de cada seis habitantes do planeta passa fome! (...) Nesse fundo do poço não há saída para os países mais pobres sem ajuda internacional: quanto maior a demanda por incentivos fiscais e políticas sociais, menor a disponibilidade de receitas; mais dramática, por conseguinte, a contração da renda e da atividade econômica;³⁹

Tudo leva a crer que em nome da competitividade na produção agropecuária e florestal nos mercados mundiais, as grandes empresas transnacionais e não os governos nacionais é que deverão definir e implementar as macropolíticas estratégicas de abastecimento alimentar em todo o mundo. Não apenas controlando as cadeias alimentares mais importantes, seja do ponto de vista dos volumes negociados, como também dos produtos de interesse da agroindustrialização e da padronização dos alimentos em todo mundo, como controlando internamente em dezenas de países os principais produtos tanto no comércio por atacado como no varejo, através das cadeias multinacionais de supermercados.

Vejam só, Paul Conway, vice-presidente sênior da Cargill e responsável pelas iniciativas dessa empresa em segurança alimentar, afirmou⁴⁰ que “a promoção de um sistema de comércio livre e aberto, segundo o qual os países possam produzir aquilo em que forem mais capazes (...) e excedentes que possam ser transacionados através da fronteiras internacionais, é a atitude mais correta a tomar (...). Nem todos os países podem ser auto-suficientes por si sós em todos os gêneros alimentícios básicos... O mundo todo ficou muito sossegado sobre a segurança alimentar e, com certeza, provavelmente ficou indevidamente complacente”. O alerta emitido pela maior ‘trader’ de commodities agrícolas do mundo ocorreu às vésperas da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar da ONU (*novembro 2009 - HMC*), em Roma, a

³⁹ Silva, José Graziano (2009). **No fundo do poço da crise tem mais fome**. São Paulo, Valor Econômico, 16 de julho.

⁴⁰ Autossuficiência alimentar fracassará, diz Cargill (2009), in Valor Econômico, 10 de novembro; <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&exibir=clipping¬id=19574>



primeira desde 2002. O encontro de cúpula foi provocado pela forte alta no preço dos gêneros básicos, como arroz e trigo, que no ano passado atingiram picos recordes, desencadeando distúrbios por alimentos do Bangladesh ao Haiti.

Essas macropolíticas alimentares mundiais já estão sendo parcialmente consolidadas, considerando-se que "(...) as maiores empresas alimentícias do mundo (Nestlé, Monsanto, Bungue, Dreyfuss, Kraft Foods, Pepsi-cola, Coca-Cola, Unilever, Tyson Foods, Cargill, Marte, ADM, Danone) controlam 26% do mercado mundial, e 100 cadeias de vendas diretas ao consumidor controlam 40% do mercado global (...) Resumindo, uma absurda minoria de empresas e uns quantos multimilionários que possuem as suas ações, controlam enormes percentagens dos alimentos, agroindústrias e dos mercados básicos para a sobrevivência, como os da alimentação e da saúde. Isso permite uma pesada ingerência sobre as políticas nacionais e internacionais, moldando à sua conveniência as regulações e os modelos de produção e consumo que se aplicam nos países..."⁴⁰. Não é em vão que a escassez de estoques de alimentos de 2007 e 2008, a mais grave em 30 anos, deflagrou distúrbios em vários países e ajudou a precipitar a queda de governos.⁴¹

A artificialização da agricultura pelo crescente uso de insumos de origem industrial, a agroindustrialização dos alimentos, a padronização mundial dos hábitos alimentares da população e a manipulação industrial para a oferta de alimentos com sabores, odores e aparências similares aos naturais, aliados ao aumento da oligopolização dos controles corporativos das cadeias produtivas alimentares, nos indica, entre outros fatores, que inversamente à construção de uma soberania alimentar, se caminha uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais. Sendo provável que até 2050 a população mundial aumente de dos atuais 6,3 bilhões para mais de 9 bilhões, tudo leva a crer que a produção agrícola precisará crescer em 70% na oferta de alimentos para sobrevivência da humanidade, segundo o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura. Ora essa perspectiva coloca em aberto a expansão do agronegócio internacional. Daí que a busca pela apropriação de terras agricultáveis no Brasil não apenas compromete os biomas no país como fazem do seu povo, em particular os camponeses, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e

⁴⁰ Ribeiro, Silvia. *Los que se quieren comer el mundo: corporaciones 2008*. Boletim ALAI, 05 de janeiro 2009. http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=35964

⁴¹ Jamil Chade. *Embrapa quer exportar alimento produzido na África*. Reportagem in O Estado de S. Paulo, 23/06/2009.



extrativistas, meros objetos a serem descartados de seus territórios para darem lugar ao interesses de lucro do agronegócio.

O mesmo vem sucedendo com a situação rural de outros países latino-americanos e com os povos rurais da África e Ásia. “Segundo a **FAO**, a savana africana cobre 25 países e teria capacidade de ser um novo centro de produção de grãos e alimentos no mundo mais produtivo que o Cerrado brasileiro. Hoje, apenas 10% da área de cerca de 400 milhões de hectares que vai do Senegal à África do Sul é utilizada. Para **FAO e Banco Mundial**, os investimentos no **Cerrado brasileiro** nos anos 80 colocaram o Brasil como um dos principais fornecedores de alimentos no mundo, ameaçando a posição americana em algumas áreas como soja (...). Apesar dos desafios, a FAO estima que a África esteja em posição mais vantajosa hoje que o Brasil tinha nos anos 70 e 80 para receber investimentos. Uma série de governos árabes tem adquirido terras no Sudão, Uganda e outros países para investir na agricultura, embora a maioria dessas iniciativas tenha como objetivo apenas de exportação. A China também partiu em busca de terras na África para garantir seu próprio abastecimento (...). O continente (africano) conta com terras e interesse estrangeiro. Mas, segundo a **FAO**, o perigo é de que novos projetos árabes e chineses acabem se transformando em uma nova onda de “colonialismo”.⁴³

Esse avanço sobre as terras dos países em desenvolvimento pelos capitais estrangeiros para a produção de commodities compromete os biomas e afeta o meio ambiente, além da profunda desarticulação social e cultural que provocam. “Um novo estudo, liderado por **Holly Gibbs** da Universidade de Stanford, concluiu que nas décadas de 1980 e 1990 mais de 55% das novas terras agrícolas foram resultantes da eliminação de florestas naturais e outros 28% de florestas já exploradas.”⁴⁴ Essas apropriações das terras africanas pelo capital (“revolução verde burguesa em curso atual na África) e nas terras latino-americanas que se concretizam há décadas (“revolução verde burguesa da década de 1970 na América Latina e Ásia) têm seguidamente desestruturado as organizações sociais e culturais dos povos originários, gerando em contrapartida novas formas de organização e movimentos sociais desses povos e um novo conceito de soberania alimentar no âmbito dos Estados Plurinacionais Comunitários.⁴⁵

⁴³ Ver CAOI (2008). *Estados Plurinacionales Comunitários. Para que otros mundos sean posibles*. Lima, CAOI.

⁴⁴ Cf. Patricia Fachi, in *A Crise Alimentar: Discussão com Peter Rosset*. Entrevista com Peter Rosset em 19/05/2008. Página da UNISINOS.

⁴⁵ Beat Balzli e Frank Hornig. *O papel dos especuladores na crise global de alimentos*. Extraído da revista alemã Der Spiegel de 24.04.08, via AEPET



Estamos assistindo, também, a uma ofensiva do capital internacional sobre recursos naturais e terras disponíveis no hemisfério sul, para produção de energia, nos chamados agro-combustíveis, que podem ser usados nos veículos individuais, sozinhos ou mesclados com a gasolina e o óleo diesel. Evidentemente que isso afetará a produção de alimentos, pela utilização de terras férteis para o monocultivo de plantas agro-energéticas, como a cana-de-açúcar, soja, palma africana, etc. Esse processo ademais contribui para a elevação dos preços dos alimentos, pois os preços da produção de agrocombustíveis estão relacionados com os preços internacionais do petróleo, e elevam a média da renda da terra e dos preços médios de todos os produtos agrícolas. E finalmente, a ampliação de áreas de agricultura baseadas em grande escalas de monocultivos com uso intensivo de venenos agrícolas, afetam o equilíbrio do meio ambiente, destroem a biodiversidade, afetam o nível das águas, e por conseguinte, a médio prazo trarão conseqüências danosas a toda produção agrícola, naquelas regiões.

Essa tendência geral pelo controle oligopolizado mundial da produção, processamento e distribuição de alimentos tende a sugerir novas formas de colonialismo. Essas estratégias macro políticas sobre o abastecimento alimentar ditadas pelas empresas transnacionais segue no sentido inverso de qualquer consideração e proposta de soberania alimentar. A agricultura brasileira está seguindo nesse caminho, apesar dos programas governamentais que visam compensar os distúrbios na oferta de alimentos provocados pelos mercados oligopolizados. Não é em demasia assinalar, conforme observou Peter Rosset em 2008, que as mesmas empresas transnacionais que controlam os mercados de grãos no Brasil fazem com que “61% de todos os contratos futuros de grãos nos EUA sejam adquiridos por fundos (de risco) multimercados (...) Esses fundos têm ‘descoberto o ‘*commodities trading* [comércio de bens] como resultado do colapso do verdadeiro mercado estatal nos EUA, e estão em busca desesperada de novas áreas de investimentos. Eles vivem da volatilidade nos preços, tirando seus lucros das oscilações tanto para altas como para quedas, e estão atualmente inflando a ‘bolha das commodities, que está deixando a alimentação fora do alcance das pessoas pobres por todo o mundo”.⁴⁶

Outro exemplo grotesco da especulação financeira buscando lucro fácil e virtual, com o comércio de papéis de commodities agrícolas é dado pelo banco ABN Amro. O gigante financeiro ABN Amro é particularmente adepto de obter lucro no atual mercado. Como provedor de produtos de investimento em commodities para investidores privados, o ABN Amro se tornou a partir de março (2008) o primeiro banco a

⁴⁶ Cf. Patricia Fachi, in *A Crise Alimentar: Discussão com Peter Rosset*. Entrevista com Peter Rosset em 19/05/2008. Página da UNISINOS.



oferecer certificados que permitem aos pequenos investidores apostarem na alta dos preços do arroz na Bolsa de Futuros de Chicago. O departamento de marketing do banco reagiu com precisão fria às manchetes sobre a fome ao redor do mundo. Quando especialistas alertaram sobre a crise de fome iminente e a instabilidade política associada a ela, o ABN Amro apresentou uma nova campanha publicitária em seu site. Com a proibição pela Índia da exportação de arroz, dizia o anúncio, a oferta mundial de arroz caiu ao mínimo: agora o ABN Amro está possibilitando, pela primeira vez, investir no alimento básico mais importante da Ásia".⁴⁷

O modelo de produção e tecnológico praticado pelo agronegócio no Brasil e em muitos países, ao buscar o controle da oferta dos produtos alimentares e dos sistemas agrícolas, com elevada predisposição para a permissividade na presença do capital estrangeiro através de acordos e fusões agroindustriais entre empresas nacionais e estrangeiras, inclusive para a apropriação de terras, prejudica as iniciativas favoráveis à soberania alimentar nacional. Impõem condições concretas para que o abastecimento alimentar brasileiro fique subordinado ao mercado internacional sob o controle das grandes empresas privadas. Isso já resultou na eliminação dos estoques estratégicos governamentais nacionais a partir das pressões da Organização Mundial do Comércio – OMC em nome do livre comércio mundial e da distorções mercantis que esses estoques poderiam provocar. Isso levou a que no passado os governos com vocação neoliberal tenham inclusive eliminado, e privatizado as redes públicas de armazenagem, no Brasil e em todo mundo. Deixaram assim a oferta de alimentos à mercê dos interesses das grandes empresas.

Em 2005 Chonchol⁴⁸, num estudo sobre a soberania alimentar na América Latina, ponderava que "(...) no âmbito das relações entre agricultores e grandes empresas ligadas ao setor (agroquímicos, sementes, agroindústrias alimentares ou de cadeia de supermercados), também se observa no período (1980-2000 – HMC) que se seguiu às reformas e no contexto da globalização, um aumento do poder de pressão dessas empresas – a maioria transnacionais – sobre os agricultores. Por trás dessa pressão crescente observa-se um processo intenso de fusões e aquisições entre os grandes grupos transnacionais (produtores de sementes, agroquímicos e alimentos, empresas biotecnológicas, grandes cadeias internacionais de supermercados

⁴⁷ Beat Balzli e Frank Hornig. *O papel dos especuladores na crise global de alimentos*. Extraído da revista alemã *Der Spiegel* de 24.04.08, via AEPET

⁴⁸ Jacques Chonchol. *A soberania alimentar*, in *Estudos Avançados*. vol. 19 nº. 55, São Paulo, Sept./Dec. 2005. Dossiê América Latina, p. 17.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142005000300003&script=sci_arttext&lng=en#back1



etc.). Tais processos estão proporcionando uma modificação na estrutura do mercado dessas indústrias, com uma forte tendência para a concentração e a internacionalização da produção, inclusive das decisões produtivas concernentes à agricultura dos países latino-americanos⁴⁹. Tudo isso ligado ao enfraquecimento do papel dos estados nacionais na formulação e aplicação das políticas setoriais para a agricultura, é o que está conduzindo ao desaparecimento da soberania alimentar dos diversos países, junto com uma intensificação das diferenças entre as regiões mais desenvolvidas e as mais pobres.”

Mas a humanidade tem sobrevivido aos sucessivos modelos concentradores de bens e de riquezas, que alteraram os preceitos equilibrados de produção para o sustento, substituindo-os por negociações de lucro, entre cujas conseqüências está a fome, que atinge agora 925 milhões de pessoas. Cerca de 40 países enfrentam um estado de emergência alimentícia permanente e, nos países em desenvolvimento, uma em cada seis pessoas padece de desnutrição⁵⁰, a ponto de, a cada 3,6 segundos, alguém, geralmente uma menina, morrer de inanição. Enquanto isso, alguns países registram excedentes alimentares e excessos no consumo.

Com uma cifra de negócios de cerca de 3,5 trilhões de dólares, o comércio dos alimentos processados é, atualmente, um dos filões mais rentáveis que existem; mas a clientela para comprá-los não é universal, pois mais de um bilhão de pessoas vive com uma renda de um dólar ou menos por dia e 2,7 bilhões com menos de dois; três quintas partes da população nos 61 países mais pobres recebem 6% da renda mundial⁵¹. Isto mostra a irracionalidade da perspectiva comercial para encarar a questão, pois as diferenças estruturais inerentes ao capitalismo e a ausência de uma distribuição justa dos recursos alimentícios aparecem, de todos os pontos de vista, como os alicerces sobre os quais se ergue a crise alimentar que afeta o mundo.

A padronização dos alimentos pelas empresas transnacionais afetam diretamente os hábitos alimentares e as práticas domésticas que as populações tinham, de prover seus próprios alimentos, baseados nos biomas aonde vivem e na sua cultura alimentar centenária. Para que se tenha uma idéia, as hortas domésticas nos países periféricos e agrários, “...são, muitas vezes, verdadeiros laboratórios experimentais informais, onde elas transferem, favorecem e cuidam das espécies autóctones, experimentando-as a fundo e adotando-as para obter produtos específicos e se possível variados, que estão em condições

⁴⁹ *Desarrollo Rural en América Latina y El Caribe*, Cepal, 2001, p. 83; citado por Chonchol, op. cit.

⁵⁰ FAO, *Agricultura mundial: caminhando para 2015/2030. Informe resumido...*, 2006, <http://www.fao.org/docrep/004/y3557s/y3557s00.HTM> Ver Anexo 1

⁵¹ Fast facts: The face of poverty, Millenium Project, United Nations, 2001



de produzir. Um estudo recente realizado na Ásia mostrou que 60 hortas de um mesmo povoado continham cerca de 230 espécies vegetais diferentes. A diversidade de cada horta era de 15 a 60 espécies⁵². Na Índia “as mulheres utilizam 150 espécies diferentes de plantas para a alimentação humana e animal e para os cuidados com a saúde. Em Bengala ocidental, há 124 espécies de “pragas” colhidas nos arrozais que têm importância econômica para as agricultoras. Na região de Veracruz, no México, as camponesas utilizam cerca de 435 espécies de flora e fauna silvestres, das quais 229 são comestíveis⁵³. Essa biodiversidade está relacionada com os padrões alimentares e com práticas de medicina preventiva. Pois além de um alimento saudável, local, os condimentos utilizados servem também como medicinas naturais preventivas e garantidores da saúde da população.

Tudo isso está sendo destruído pela sanha do capital internacional. E se transforma em mais pobreza, migrações das populações e fome.

2. Soberania alimentar: conceitos e trajetória

Houve nas últimas décadas uma evolução positiva sobre os termos e conceitos utilizados para analisar o problema da fome e da desnutrição. Durante a maior parte do século XX o assunto era tratado como um problema social decorrente de fenômenos naturais. Foi a obra de Josué de Castro, em “Geografia da fome” traduzida para mais de 40 idiomas, que consolidou o conceito de que **a fome era um problema social, resultante da forma de organização social da produção e distribuição dos alimentos**. E sua contribuição teórica foi tão importante, que as Nações Unidas lhe concederam o cargo de primeiro secretário Geral da FAO, na década de 1950.

Posteriormente, na década de 1990 avançou-se para o **conceito de segurança alimentar**. Esse conceito foi construído pelos governos ao redor da FAO, com o intuito de que nos marcos dos direitos humanos, todas as pessoas tivessem direito assegurado a alimentação, e caberia aos governos o dever de implementar políticas públicas, que garantissem o acesso aos alimentos. Assim, todas as pessoas teriam a “segurança” da sobrevivência. Teriam a segurança garantida pelos governos de que ofertariam os alimentos necessários para sua sobrevivência.

⁵² Sally Bunning and Catherine Hill, Farmemrs Rights in the Conservation and Use of Plant Genetic Resources: Who are the Farmers?, Women in Development Service (SDWW) FAO Women and Population Division, www.fao.org.

⁵³ Vandana Shiva, “A masculinização da agricultura: Monocultura, monopólios e mitos”, outubro de 1998, www.grain.org/sp/publications/biodiv172-sp.cfm



Esse passo foi importante, porque se constituiu numa política pública, de obrigação de todos os governos de resolver o problema da fome de sua população. Porém foi insuficiente.

E mais recentemente surgiu então, um novo conceito **da soberania alimentar**. O conceito foi introduzido em 1996 pela Via Campesina, no contexto da Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA) realizada em Roma pela FAO. O debate oficial girava em torno da noção de segurança alimentar, reafirmando-a como “o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação apropriada e com o direito fundamental de não passar fome”. No entanto, as organizações camponesas e em especial as delegadas mulheres, presentes no Fórum paralelo à Cúpula, foram críticas em relação aos termos utilizados na discussão dos governos, que em consonância com a hegemonia do neoliberalismo e o surgimento da OMC na década de 1990, ajustaram a definição de segurança alimentar tentando assegurar esse direito à alimentação através da liberalização do comércio de alimentos, abrindo caminho para fazer da alimentação um grande e lucrativo negócio (para as empresas transnacionais, para a indústria química, para o *fast food*, entre outras).

As organizações camponesas contrapuseram então ao conceito de segurança alimentar o de Soberania Alimentar. Partindo de um princípio prévio ao conceito de soberania alimentar, o de que “o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano”⁵⁴, e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, portanto, é uma questão de soberania popular e nacional. Assim, soberania significa que além de ter acesso aos alimentos, o povo, as populações de cada país, tem o direito de produzi-los. E será isso que lhes garantirá a soberania sobre suas existências. O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantia de acessá-los durante todo ano. Tenham a garantia de que esses alimentos estão adequados ao seu bioma aonde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares. O alimento é a energia que necessitamos para a sobrevivência, de acordo com o meio ambiente aonde as pessoas vivem e se reproduzem socialmente.

Daí se evoluiu para o conceito **de que soberania alimentar significa que cada comunidade, cada município, cada região, cada povo, tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos**. Por mais dificuldades naturais que houverem, em qualquer parte do nosso planeta, as pessoas podem sobreviver e se reproduzir dignamente. Já existe conhecimento científico acumulado, para

⁵⁴ Entrevista de Camila Montecinos, (Pesquisadora do Chile) revista GRAIN, agosto de 2010.



enfrentar as dificuldades naturais e garantir a produção de bens suficientes para sua reprodução social.

E se a produção e distribuição de alimentos fazem parte da soberania de um povo, ele é inegociável e não pode ficar dependente de vontades políticas ou práticas de governos de outros países. Como advertia Jose Martí, já no início do século XX, em relação a dependência da América Latina face aos capitais estrangeiros: “Um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos, é um povo escravo. Escravo e dependente do outro país que lhe fornecer as condições de sobrevivência!”

Este novo e transgressor conceito representa uma ruptura com relação à organização dos mercados agrícolas imposta pelas empresas transnacionais e governos neoliberais no seio das negociações da OMC e da FAO, cujas orientações políticas já tinham violado as normas protecionistas para a agricultura familiar, implementadas por alguns governos nacionalistas e populares, mediante impostos sobre as importações baratas de alimentos, favorecendo o preço de alimentos nacionais, outorgando faixas de preços - e mantendo os poderes dos compradores públicos⁵⁵.

A utopia de uma soberania alimentar, concepção fundamental para se fortalecer a visão de mundo favorável a uma democratização econômica, social, étnica e de gênero contra-hegemônica à neoliberal, teve mais tarde, um complemento essencial na conferência mundial de soberania alimentar realizada em Mali (2007) na Declaração de Nyéléni⁵⁶ quando se afirmou que: **“A soberania é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas.** Defende os interesses, e as inclui, para as gerações futuras. Nos oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual e para processar os sistemas alimentares, agrícolas, pecuários e de pesca para que sejam gerenciados pelos produtores e produtoras locais. A soberania alimentar dá prioridade para as economias locais e aos mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, à pesca artesanal e ao pastoreio tradicional. Coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo sobre a base da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante renda digna para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlar sua própria

⁵⁵ Ibidem

⁵⁶ Declaração de NYÉLÉNI. Foro Mundial por la soberania Alimentaria. Nyéléni, Selingue, Malí. 28 de febrero de 2007.



alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e gestão de nossa terra, de nossos territórios, de nossas águas, de nossas sementes, de nosso gado e da biodiversidade nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres da opressão e desigualdades entre os homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações.”

Sendo a soberania alimentar uma concepção que se constrói a partir da soberania popular, é absolutamente incompatível qualquer estratégia que ensaie tornar os interesses privados de lucro sobrepostos aos interesses da população. E aonde houver uma crescente redução da presença do Estado, nas definições e nos controles estratégicos da produção, processamento e distribuição dos alimentos básicos, e com o fortalecimento pelas políticas das grandes empresas nacionais e transnacionais do agronegócio, tudo leva a crer que essa condição coloca em risco a possibilidade da própria segurança alimentar, pois submete a lógica de abastecimento aos interesses das empresas que controlam os mercados nacionais e internacionais. E isso coloca em risco a própria produção soberana de alimentos, praticado pelos camponeses, pequenos e médios agricultores e na autonomia que as regiões sempre tiveram na produção de alimentos.

As organizações sociais e camponesas que cunharam o termo “Soberania Alimentar” enfatizam a ideia de ele ser mais do que um conceito. Trata-se de um princípio e de uma ética de vida que não responde a uma definição acadêmica, mas emerge de um processo coletivo de construção, participativo, popular e progressivo e foi se enriquecendo quanto a seus conteúdos como resultado de um conjunto de debates e discussões políticas iniciadas no próprio processo de conformação da instância que abriga as organizações camponesas críticas das atuais políticas agrárias liberalizadoras e de alimentação. A Via Campesina, fundada em 1992, e a sua instância latinoamericana, a CLOC, constituída em 1994, são as principais organizações interessadas na defesa deste princípio⁵⁷. A conferência de Mali consolidou também uma grande aliança com outros movimentos sociais de pescadores, pastores, mulheres do campo e da cidade, consumidores, ambientalistas, nutricionistas, pesquisadores, cientistas, movimentos de saúde pública e com governos progressistas que construíram coletivamente esse novo entendimento de soberania alimentar.

⁵⁷ A Via Campesina é um movimento social internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres e jovens do campo, indígenas, camponeses sem terra, e trabalhadores agrícolas. É representativo, legítimo e com identidade que vincula as lutas sociais dos cinco continentes. Reúne 148 organizações de 68 países. A CLOC, referência latinoamericana reúne 52 organizações de 20 países. www.viacampesina.com. Reconhece-se que ativistas e profissionais de organizações não governamentais nacionais e internacionais desempenharam um papel relevante na promoção da Soberania Alimentar, como National Family Farm Coalition (FIAM), Land Research Action Network, GRAIN e CET-SUR no Chile, para citar algumas. No caso das organizações do movimento feminista e de mulheres, destaca-se a participação da Marcha Mundial de Mulheres (MMM).



Nos diversos documentos e declarações elaboradas coletivamente, o conceito então de **Soberania Alimentar** foi agregando o conjunto de direitos dos povos de definir suas próprias políticas de agricultura e de alimentação, o que inclui proteger o meio ambiente e os recursos naturais, regulamentar a produção agropecuária e o comércio agrícola interno para o desenvolvimento sustentável, proteger os mercados locais e nacionais contra as importações e limitar o *dumping* social e econômico de produtos nos mercados. Materializa-se no direito de decidir como organizar **o que produzir e como plantar**, como organizar a distribuição e consumo de alimentos, de acordo com as necessidades das comunidades, em quantidade e qualidade suficientes, priorizando produtos locais e variedades nativas (CLOC: 2010: 23 - 25). Para Francisca Rodríguez (Anamuri- organização campesina Chilena) trata-se “não só de um princípio, de um direito ao alimento, mas de uma ética de vida, de uma maneira de ver o mundo e de construí-lo em bases de justiça e de igualdade”.

*Mais recentemente, na Conferência dos Povos sobre Mudanças Climáticas realizada em Cochabamba, em abril de 2010, foi ratificado que **Soberania Alimentar** refere-se ao direito dos povos a controlar suas próprias sementes, terras e água, garantindo, por meio de uma produção local e culturalmente apropriada, o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos em complementação com a Mãe Terra e aprofundando a produção autônoma, participativa, comunitária e compartilhada de cada nação e povo.* Nesta proposta foram reafirmadas novas visões e conceituações baseadas no pensamento do “Bom Viver”, ou Bem Viver, o Sumak Kawsay, conceito que nasce da herança ancestral andina, latino-americana, como alternativa que vem se tecendo a partir das organizações populares de base. E ao mesmo tempo está em consonância, com os direitos dos povos de controle de seus territórios, seus recursos naturais, de sua fertilidade, de sua reprodução social e da integração entre as etnias e povos de acordo com interesses comuns e não apenas determinado pelo comércio e o lucro. E há também uma influência na construção do conceito, da visão feminina do mundo, a partir da fertilidade e da reprodução social da humanidade em condições igualitárias e justas.

As declarações e acordos construídos nos fóruns, seminários, conferências nacionais, mundiais, com a participação da maior parte das instituições da sociedade civil, de movimentos camponeses, de mulheres e de alguns setores governamentais sobre a soberania alimentar, ainda não tem tido, infelizmente, ressonância prática, transformadas em políticas públicas na maioria dos governos e nos organismos internacionais.



3. O caso brasileiro

A sociedade brasileira padece ainda desse grave problema estrutural, do seu modo de produção e organização social, que não consegue garantir soberania alimentar ao seu povo. Durante muitos anos, as estatísticas revelavam que mais de 50 milhões de brasileiros passavam fome todos os dias.

Essa situação trágica se resolveu parcialmente, a partir do ano de 2003, quando o presidente da República eleito pautou a sociedade e o governo com o tema da fome no Brasil.

O governo retomou a participação popular com a recriação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e com a realização de várias conferências, inclusive de segurança alimentar. Institucionalmente, criou um ministério específico para tratar da questão, primeiramente o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar – MESA e posteriormente o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Para atuar de forma integrada no combate à fome, foi implantada a estratégia Fome Zero, que consistia em priorizar um conjunto de programas e ações de diversos ministérios para o enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil.

Dentre os programas e ações integradas que compõem o Fome Zero, destaca-se a criação do Bolsa Família, do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e da implantação de uma rede de equipamentos de segurança alimentar em todo o país, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos. Houve ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, inclusive com compras diretamente dos agricultores familiares e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF juntamente com o plano Safra..

Ainda que o número de brasileiros que passam fome no Brasil tenha diminuído com estas ações, as causas do problema não foram afetadas e, portanto, persiste a gravidade. As estatísticas revelam que ainda há ao redor de 60 milhões de brasileiros que não se alimentam adequadamente, ainda que não sintam fome endêmica.

As causas dessa situação estão amplamente analisadas em muitos estudos, ensaios e pesquisas em nossa academia, nos jornais e nas instituições públicas. E este livro representa uma boa amostra dessas reflexões. Poderíamos sintetizar que a estrutura injusta e desigual da riqueza produzida e concentrada, ao longo dos 500 anos de capitalismo, produziu uma sociedade extremamente desigual, em que 5% da população controlam a ampla maioria do patrimônio de riqueza acumulada; na injusta distribuição anual da renda produzida que destina a maior parte para o capital e a menor parte para os trabalhadores; na injusta propriedade dos bens da natureza, em especial da terra, em que apenas um por cento dos grandes proprietários detém mais de 46% de todas as terras; e na constatação de que empresas capitalistas,



sediadas nas cidades com foco em outras atividades produtivas, controlam mais de 170 milhões de hectares de terra. E, mais ainda, que o capital estrangeiro já se apropriou de mais de 40 milhões de hectares, segundo estimativas conservadoras.

São muito diversos os fatores que impedem efetivamente a concretização da soberania alimentar no Brasil, sendo o mais importante o modelo de produção e tecnológico neoliberal da agricultura e da agroindustrialização implantado há décadas no país. Nesse sentido é bem elucidativa a posição sobre o tema, da Declaração de Brasília⁵⁸: “Afirmamos que a fome e a pobreza não são produtos da casualidade, senão de um modelo que viola o direito à vida digna das pessoas e dos povos, acrescentando a subordinação da mulher, explorando seu trabalho e inviabilizando sua contribuição social, econômica e cultural. Apesar das evidências em todo o mundo dos nefastos efeitos do modelo neoliberal, o sistema internacional, os governos e as transnacionais insistem em submeter o planeta a um desenvolvimento que esgota as possibilidades mesmas da vida, convertendo as pessoas em meros agentes produtivos, sem rosto e sem história. A liberalização econômica, como único caminho para o desenvolvimento, é diretamente proporcional ao crescimento da pobreza e da fome na região; o não exercício da soberania alimentar compromete gravemente a soberania dos próprios Estados.”

A concentração da propriedade da terra no Brasil ao alcançar 0,857 segundo o índice de Gini, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, superior ao índice de concentração da década de 1920; a histórica presença quase intocada de 178 milhões de hectares em regime de pastagens, dos quais cerca de um terço se encontra em situação de degradação dos solos; o acentuado crescimento dos plantios de sementes transgênicas seja para o cultivo de grãos seja para as hortaliças, entre diversos outros cultivos; a desagregação do campesinato pela pressão social e física devida à ampliação dos latifúndios modernos por exploração de monocultivo de soja, cana de açúcar, milho, eucalipto, entre outros cultivos, nos dá uma amostra de que o acesso à terra pelos camponeses e o fortalecimento dos mercados locais, conforme sugere a Declaração de Nyéléni, é uma quimera, assim como a possibilidade de que a soberania alimentar se torne um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados.

A redução drástica do papel do Estado nesse setor desde a década de 1990, ainda que alguns organismos e programas permaneçam e

⁵⁸ *Declaração da Conferência Especial para la Soberanía Alimentaria, por los Derechos y por la Vida*. Brasília, 10 y 13 de abril de 2008. Apoyo del Comité Internacional para la Soberanía Alimentaria - CIP (Coordinación Regional América Latina y el Caribe). Conferência que antecedió a la 30ª Conferencia Regional de la FAO.



outros tenham sido criados e sejam da maior relevância como exemplos a CONAB, PRONAF, o direito a merenda escolar abastecida por produtos da agricultura familiar, o que se constata é a ampliação do controle das empresas e do capital sobre os mercados de alimentos operando com baixa ou escassa regulamentação.

Destaca-se também como práticas anti-soberania alimentar o crescente controle que as empresas exercem na propriedade privada das sementes, através da imposição de sementes transgênicas. A produção e o direito universal sobre as sementes, como patrimônio coletivo da humanidade, são a base da soberania alimentar do povo.

Por outro lado o modo de produção do agronegócio, baseado na monocultura e na ampliação permanente da escala em busca de taxas de lucros cada vez maiores, impõe o uso permanente e cada vez maior de venenos agrícolas. O Brasil se transformou no maior consumidor mundial de agrotóxicos, consumindo na safra de 2009/10, nada menos do que um bilhão de litros de venenos. Uma média de 6 litros por pessoas, e ou 150 litros por hectare cultivado com lavouras. Isso é uma verdadeira tragédia. Pois nossa população esta sendo abastecida com alimentos cada vez mais contaminados. E nossa natureza vem sendo agredida a cada ano, perdendo sua biodiversidade, seu equilíbrio climático e afetando também a qualidade da água e do ar que respiramos todos.

Assim, as políticas em curso de segurança alimentar são importantes, porem insuficientes para atacar a raiz do problema. Os programas governamentais compensatórios como o 'Bolsa-família', entre diversos outros similares que contribuem para a redução da insegurança alimentar de milhões de pessoas em situação de pobreza, tendem a serem confundidos com políticas de soberania alimentar quando de fato, pelo seu caráter conjuntural, possam ser considerados como ações emergenciais de minimização da insegurança alimentar devido à pobreza extremada.

A tendência da lógica dominante do capital no Brasil é atribuir o abastecimento alimentar da população, amplo senso, aos interesses comerciais das grandes empresas nacionais e transnacionais do setor alimentar. Isso significa submeter uma dimensão da soberania nacional aos interesses do lucro e das vontades privadas, ambos supostamente regidos pelos mercados oligopolizados. Ora, essa perspectiva contradiz historicamente o próprio conceito de soberania nacional que tem na Nação soberana sua referência fundamental. E por maior e mais intensa que a práxis liberal implantada, não é o interesse privado que deve reger o público no âmbito da afirmação de uma soberania, mesmo restrita como a alimentar.

Mesmo as conclusões da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – III CNSAN, realizada em Fortaleza, 2007, foram enfáticas e reafirmaram que o objetivo da segurança alimentar e nutricional implica uma concepção de desenvolvimento sócio-econômico que questiona os componentes do modelo hegemônico no



Brasil que são geradores de desigualdade, pobreza e fome e com impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde.⁵⁹

4. Políticas estruturantes para alcançar a soberania alimentar

As hipóteses para a construção de uma soberania alimentar no Brasil, no âmbito mais geral de afirmação da soberania popular, necessitariam de reformas estruturais no meio rural e no atual modelo de produção agrícola do país. Entre elas se destacariam, como essenciais:

- a) Uma reforma agrária ampla e massiva que a democratize a posse e uso da terra, tendo como conseqüências a garantia de acesso a 4 milhões de famílias de trabalhadores que querem produzir na agricultura. Para isso é preciso desapropriar os maiores latifúndios, sobretudo os de propriedade do capital estrangeiro e de empresas não agrícolas, bancos etc.
- b) Mudar o atual modelo de produção e de tecnologia agrícola dominante para uma outra concepção de produção de alimentos saudáveis, baseados na agroecologia, agricultura ecológica, orgânica e outros caminhos que garantam produção e oferta abundante em todos os locais, regional e a nível nacional.
- c) Limitar o tamanho máximo da propriedade e posse da terra; e garantir o princípio do interesse de toda sociedade sobre os bens da natureza, água, e biodiversidade.
- d) Reformular o papel do Estado para que ele ordene o processo de soberania alimentar, garantindo a sua produção e distribuição em todas as regiões do país.
- e) Controle direto do governo sobre o comércio exterior (importação/exportação) de alimentos e sobre as taxas de juros e de câmbio.
- f) Implementar um amplo programa de pequenas e medias agroindústrias instaladas em todos os municípios do país, na forma cooperativa.
- g) Garantir estoques reguladores de alimentos saudáveis, por parte do governo, para garantia de acesso a toda população.
- h) Desenvolvimento de um novo modelo econômico, baseado na ampla distribuição de renda, na garantia de emprego e renda para toda

⁵⁹ *Declaração Final da A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)*, realizada no Centro de Convenções do município de Fortaleza (CE), nos dias 03 a 06 de Julho de 2007. 06 de Julho de 2007.



população; na universalização da educação e na implementação de uma indústria nacional voltada para o mercado interno.

- i) O conhecimento e plena liberdade para *intercambiar e melhorar sementes* é um componente fundamental da Soberania Alimentar, porque sua existência em diversidade permite assegurar a abundância alimentar, servir de base a uma nutrição adequada e variada, e desenvolver formas culinárias culturalmente próprias e desejadas. As sementes são o início e o fim dos ciclos de produção camponesa, são criação coletiva que reflete a história dos povos e de suas mulheres, as quais foram suas criadoras e principais guardiãs e aperfeiçoadoras. Seu desaparecimento leva ao desaparecimento das culturas dos povos do campo e de comunidades. Como não são apropriáveis, devem manter seu caráter de patrimônio coletivo⁶¹.
- j) Impedir o uso e fomento de sementes transgênicas. Elas representam a propriedade privada da vida, da possibilidade da livre reprodução, e acima de tudo representam a destruição de toda biodiversidade, pois elas não conseguem se reproduzir sem contaminação de todas as demais sementes. Além de pesar dúvidas e a falta de pesquisa sobre suas conseqüências para a saúde animal e humana.
- l) O *direito dos povos e de todo povo brasileiro a consumir* de acordo com fatores culturais, éticos, religiosos, estéticos, de qualidade alimentícia, que implica alimentos saudáveis, acessíveis e culturalmente apropriados (CLOC: 2010: 23), é condição sine qua non para alcançarmos a soberania alimentar verdadeira.

⁶⁰ Documento Campanha em defesa das sementes da Via Campesina “Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade” (sem data).





- PARTE 4 -

JOÃO PEDRO STEDILE*

**REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS DO CAPITAL NA
AGRICULTURA E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO
CAMPONÊS DA AMÉRICA LATINA**

* Membro da coordenação nacional do MST-Brasil e da Via Campesina. Agosto de 2010.



Apresentação

Esse texto tem o objetivo de apresentar de forma sucinta, um subsídio para reflexão e debate, sobre as principais formas de atuação do capital sobre a agricultura, e em especial através das empresas transnacionais.

Há uma lógica natural de funcionamento do capitalismo, agora em sua fase dominada pelo capital financeiro que atua sobre agricultura. Há características específicas determinadas pela atual crise do capital financeiro. Isso está trazendo conseqüências para a organização da produção agrícola e para a vida dos camponeses. E traz também contradições que precisamos entender para atuar sobre elas.

Apresenta-se, os principais elementos do que poderia ser um programa camponês para a agricultura, em especial para os países do hemisfério sul, aonde predomina ainda a forma camponesa de viver no campo, e aonde sofrem mais as conseqüências do domínio do capital internacional sobre a tecnologia, produção e comércio agrícolas.

Na última parte apresenta-se alguns desafios organizativos e políticos que o movimento camponês precisa enfrentar e superar, a nível local e internacional, na atual correlação de forças desfavorável, em que o capital internacional está em ofensiva sobre o domínio da natureza, da produção e dos bens agrícolas.

Essa análise é realizada a partir da realidade vivida na América Latina e em especial no Brasil, pelo domínio do capital sobre a agricultura, e a partir das experiências de luta e de resistência dos movimentos camponeses e suas reflexões e debates de como enfrentar o capital com um modelo alternativo, popular e camponês.



I- As tendências do capital sobre a agricultura

1. Os movimentos do capital na atual fase hegemônica pelo capital financeiro e de nível internacional

O desenvolvimento do modo de produção capitalista passou por várias fases. Iniciou no século XV como capitalismo mercantil, depois evoluiu para o capitalismo industrial no século XVIII e XIX. No século XX se desenvolveu como capitalismo monopolista e imperialista. Nas últimas duas décadas estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, agora dominada pelo capital financeiro globalizado. Essa fase significa que a acumulação do capital, das riquezas se concentra basicamente na esfera do capital financeiro. Mas esse capital financeiro precisa controlar a produção das mercadorias (na indústria, nos minérios e agricultura) e controlar o comércio a nível mundial, para poder apoderar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral.

O capital financeiro internacionalizado passou a controlar a agricultura através de vários mecanismos.

- a) O primeiro deles, é que através do excedente de capital financeiro, os bancos passaram a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuavam em diferentes setores relacionados com a agricultura. E, a partir do controle da maior parte das ações, promoveu então um processo de concentração das empresas que atuavam sobre a agricultura. Em poucos anos, essas empresas tiveram seu crescimento fantástico de capital pelo investimento feito pelo capital financeiro, passaram a controlar os mais diferentes setores relacionados com a agricultura, como: comércio, produção de insumos em geral, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas etc... É importante compreender que foi um capital acumulado fora da agricultura, mas que aplicado sobre ela, aumentou rapidamente a velocidade do processo de crescimento e concentração, que pelas vias naturais de acumulação de riqueza das mercadorias agrícolas, levaria anos...
- b) O segundo mecanismo de controle foi através do processo de dolarização da economia mundial. Isso permitiu que as empresas se aproveitasse de taxas de câmbio favoráveis e entrassem nas economias nacionais e pudessem comprar facilmente empresas e dominar os mercados produtores e o comércio de produtos agrícolas.
- c) O terceiro mecanismo foi obtido através das regras do livre comércio impostas pelos organismos internacionais, como a



Organização mundial do Comércio – OMC, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e acordos multilaterais, que normatizaram o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas, e obrigaram os governos a liberalizarem o comércio desses produtos. Com isso, as empresas transnacionais puderam entrar nos países e controlar o mercado nacional dos produtos e insumos agrícolas em praticamente todo mundo.

- d) O quarto mecanismo foi o crédito bancário. Em praticamente todos os países o desenvolvimento da produção agrícola está cada vez mais dependente de insumos industriais e ficou a mercê da utilização de crédito para financiar a produção. E esses créditos permitiram financiar a ofensiva desse modo de produção da “agricultura industrial” e suas empresas produtoras de insumos. Ou seja, os bancos financiaram a implantação e o domínio da agricultura industrial em todo mundo.
- e) E por último, na maioria dos países, os governos abandonaram as políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa. Liberalizaram os mercados e aplicaram políticas neoliberais de subsídios justamente para a grande produção agrícola capitalista. Esses subsídios governamentais foram praticados principalmente através de isenções fiscais, nas exportações ou importações e na aplicação de taxas de juros favoráveis a agricultura capitalista.

Dessa lógica de domínio do capital financeiro sobre a produção agrícola, tivemos como resultado que em duas décadas, há agora aproximadamente 50 maiores empresas transnacionais que controlam a maior parte da produção e comércio agrícola mundial.

2. A crise recente do capital financeiro e suas conseqüências para a agricultura e os bens da natureza

Durante os anos 1990-2008, teve-se a ofensiva do capital financeiro sobre a agricultura, e nos últimos anos, se agravou com uma situação conjuntural de crise do capital financeiro, nos Estados Unidos e na Europa.

Essa crise do capital financeiro está agravando ainda mais os efeitos do controle do capital internacional sobre as economias periféricas, sobre a agricultura e a economia camponesa. Isso vem acontecendo por diversas razões.

- a) Os grandes grupos econômicos do hemisfério norte, diante da crise, das baixas taxas de juros por lá praticadas (ao redor de



0,2% ao ano), da instabilidade do dólar e de suas moedas, fugiram do hemisfério norte e correram para a periferia, buscando proteger seus capitais voláteis e aplicaram então, em ativos fixos, como: terra, minérios, matérias primas agrícolas, água, territórios com elevada biodiversidade, investimentos produtivos e produção agrícola. E também no controle de fontes de energias renováveis, seja hidrelétricas, ou usinas de etanol.

- b) A crise do preço petróleo e suas conseqüências sobre o aquecimento global e o meio ambiente, levou a que o complexo automobilístico-petrolero passasse a investir grandes somas de capital na produção de agro-combustíveis. Sobretudo na produção de cana e milho para etanol e soja, amendoim, mamona e palma de dendê (palma africana) para óleo vegetal. Isso produziu uma verdadeira ofensiva do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a agricultura tropical do sul.
- c) O terceiro movimento resultante da crise conjuntural é que esses capitais financeiros se dirigiram às bolsas de mercadorias agrícolas e de minérios, para aplicar seus ativos e assim especular no mercado futuro ou simplesmente transformar o dinheiro em mercadorias do futuro. Esse movimento gerou uma elevação exagerada nos preços dos produtos agrícolas negociados pelas empresas nas bolsas mundiais de mercadorias.

Os preços médios dos produtos agrícolas a nível internacional já não tem mais relação com o custo médio de produção e o valor real medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Mas são resultado dos movimentos especulativos e do controle de oligopólio dos mercados agrícolas por essas grandes empresas.

3. A Situação atual do controle das empresas transnacionais e do capital financeiro sobre a agricultura

Há muitos aspectos que se poderia analisar sobre a situação e conseqüência da ação das empresas sobre a agricultura. Aqui, vamos analisar apenas os aspectos econômicos.

- a) Houve uma concentração do controle da produção e do comércio mundial de produtos agrícolas, por parte de poucas empresas, que dominam esses produtos em todo mundo, em especial os produtos agrícolas padronizáveis, como grãos, laticínios. E dominam toda cadeia produtiva dos insumos e máquinas utilizadas pela agricultura.
- b) Houve um processo acelerado de centralização do capital. Ou seja, uma mesma empresa passou a controlar a produção e comércio de um conjunto de produtos e setores da economia. Como a fabricação de insumos agrícolas (fertilizantes químicos,



venenos, agrotóxicos) maquinaria agrícola, fármacos, sementes transgênicas e uma infinidade de produtos oriundos da agroindústria, seja alimentícia, seja de cosméticos e produtos supérfluos.

- c) Há uma simbiose cada vez maior dentro de uma mesma empresa, entre o capital industrial, comercial e o capital financeiro.
- d) Há um controle quase absoluto sobre os preços dos produtos agrícolas e dos insumos agrícolas, a nível mundial. Embora os preços deveriam ter sua base, no valor real (tempo de trabalho médio necessário) o controle oligopolico dos produtos faz com que se pratiquem preços acima do valor, e assim as empresas obtêm lucros extraordinários. Assim como levam a falência os pequenos e médios que não conseguem produzir nos mesmos níveis de escala que as empresas internacionais controlam.
- e) Há uma hegemonia das empresas sobre o conhecimento científico, a pesquisa (que exige cada vez maiores volumes de recursos) e sobre as tecnologias aplicadas a agricultura, que impõe, em todo mundo um modelo tecnológico da chamada “agricultura industrial”, dependente de insumos produzidos fora da agricultura. Esse modelo é apresentado como se a única, a melhor e mais barata forma de produzir na agricultura. Ignorando as técnicas milenares do saber popular e da agroecologia.

Essa hegemonia das empresas é decorrentes da ausência dos estados no investimento em pesquisa agropecuária. Ao longo do século XX, muitos estados nacionais investiam recursos públicos na pesquisa agropecuária, cujos resultados obtidos eram democratizados e acessíveis a todos agricultores daquele país. Agora o conhecimento e a pesquisa foram privatizados e seus resultados usados como mercadoria para obter maiores taxas de lucro. E na maioria dos casos inclusive, as empresas cobram royalties dos agricultores, pelo uso de novas tecnologias, que estão embutidos nos elevados preços das sementes com modificações genéticas ou nos elevados preços das máquinas agrícolas e agrotóxicos colocados no mercado.

- f) Houve uma imposição da propriedade privada das empresas sobre os bens da natureza, em especial sobre as sementes modificadas geneticamente, e agora mais recentemente sobre as fontes de água potável para a população e reservatórios para energia ou irrigação. Também há uma ofensiva na tentativa de privatizar territórios no hemisfério sul que detêm riqueza da biodiversidade vegetal e animal.
- g) Houve uma exagerada concentração da produção dos produtos agrícolas, em especial os destinados ao mercado externo, por



um numero cada vez menor de grandes proprietários de terra aliados às empresas. O caso do Brasil é ilustrativo, cerca de 10% de todos estabelecimentos agrícolas do país, controlam 80% do valor da produção.

- h)** Está em curso uma perigosa padronização dos alimentos humanos e animais em todo mundo. A humanidade está sendo induzida a alimentar-se cada vez mais com verdadeiras “rações” padronizadas pelas empresas. A comida se transformou numa mera mercadoria, que precisa ser consumida de forma massiva e rapidamente. Isso traz conseqüências incalculáveis com a destruição dos hábitos alimentares locais, da cultura, e riscos para a saúde humana e dos animais.
- i)** Há um processo generalizado em todo mundo, da perda da soberania dos povos e dos países sobre os alimentos e o processo produtivo, pela desnacionalização da propriedade das terras, das empresas, das agroindústrias e do comércio, da tecnologia, colocando em risco a soberania nacional como um todo. Já existem mais de 70 países, que não conseguem mais produzir o que seus povos precisam para se alimentar.
- j)** Implantaram-se grandes extensões de cultivos de arvores homogêneas em plantações industriais de eucalipto, pínus e palma-africana, etc destinados a produção de celulose, madeira ou agroenergia, que estão afetando gravemente o meio ambiente pela destruição total da biodiversidade e alterando o lençol freático de água subterrânea.
- k)** Construiu-se uma aliança maquiavélica nos países do sul, entre os interesses dos grandes proprietários de terra, latifundiários e fazendeiros capitalistas crioulos, com as empresas transnacionais. Essa aliança está impondo o modo de agricultura industrial em todo hemisfério sul, de forma muito rápida e concentrando a propriedade da terra de forma assombrosa. Está destruindo e inviabilizando a agricultura camponesa e despovoando o interior de nossos países. Nesse modo de agricultura se usa mecanização intensiva, e agrotóxicos, que expulsam mão-de-obra, provocando a migração de grandes contingentes da população rural.
- l)** Está em curso uma nova re-divisão internacional da produção e do trabalho, que condena a maior parte dos países do hemisfério sul, a serem meros exportadores de matérias primas agrícolas e minerais.
- m)** A maior parte dos governos, embora eleitos em processos eleitorais tidos como democráticos, são na verdade conduzidos pela força da lógica do capital e por todo tipo de manipulação mediática, que resultam em governos servis a esses interesses. Suas políticas



agrícolas tem sido, totalmente subalternas aos interesses das empresas transnacionais. Abandonaram o controle do estado sobre a agricultura e os alimentos. Abandonaram políticas públicas de apoio aos camponeses. Abandonaram políticas públicas de soberania alimentar e de preservação do meio ambiente local.

4. O modelo do capital para a agricultura: o agronegócio

Em resumo pode-se dizer que o capital e seus proprietários-capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos e empresas nacionais e transnacionais, estão aplicando em todo mundo, o chamado modelo de produção do agronegócio (agribusiness) que se caracteriza sucintamente, por: organizar a produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores. Uso intensivo de máquinas agrícolas, em escala cada vez maiores, expulsando a mão-de-obra do campo. A prática de uma agricultura sem agricultores. Uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas no lençol freático e inclusive a atmosfera ao adotarem os desfolhantes e secantes que evaporam para a atmosfera e regressam com as chuvas. E sobretudo contaminam os alimentos produzidos, trazendo conseqüências gravíssimas para a saúde da população. Usam cada vez mais sementes transgênicas, padronizadas, e agridem o meio ambiente com suas técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro, em menor tempo.

Esse modelo de produção que busca a produção de dólares e commodities e não de alimentos, passa a dominar e utilizar cada vez mais terras férteis para produção também de agro-combustíveis para “alimentar” os tanques dos automóveis do transporte individual, e a plantação industrial de árvores homogêneas para celulose (destinada a embalagens da indústria) e energia na forma de carvão vegetal.



II. As contradições do controle do capital sobre a agricultura, em especial no Hemisfério Sul

A descrição do poder econômico sobre a agricultura, a natureza e os produtos agrícolas assusta a todos! E pode levar a um pessimismo sobre a possibilidade de reverter tal situação, tamanha a força que o capital internacional e financeiro exerce sobre eles.

No entanto, todos esses processos econômicos e sociais trazem consigo contradições. E são essas contradições que geram revoltas, indignação, efeitos contrários que irão levar à sua superação a médio prazo.

Destaca-se aqui, algumas dessas contradições do domínio do capital sobre a agricultura e da natureza, para que se possa entendê-las, e atuar sobre elas, para provocar as mudanças necessárias.

- 1. O modelo de produção da agricultura industrial** é totalmente dependente de insumos, como fertilizantes químicos e derivados do petróleo, que tem limites físicos naturais, de escassez de reservas mundiais de petróleo, potássio, calcário e fósforo. Por tanto, tem sua expansão limitada a médio prazo. E tem seus custos/preços acima do valor real.
- 2. O controle oligopólico por algumas empresas sobre os alimentos tem gerado preços acima do seu valor**, e isso provocará fome e revolta da população impedida do seu acesso, por falta de renda. Ou seja, condicionar o alimento simplesmente às taxas de lucro, trará a curto prazo graves problemas sociais. Já que a população mais pobre e faminta não terá renda suficiente para transformar-se em consumidores dos alimentos transformados em meras mercadorias. A FAO (organismo das nações unidas para agricultura e alimentação) revelou que mais de um bilhão de seres humanos passam fome todos os dias. Pela primeira vez na história da humanidade atingimos tal magnitude de famintos. No entanto a produção de alimentos cresce sistematicamente.
- 3. O capital internacional está controlando e privatizando a propriedade dos recursos naturais**, representados pela terra, água, florestas e biodiversidade. E isso afeta a soberania nacional do país, e vai provocar a reação de amplos setores sociais contrários, não apenas dos camponeses.
- 4. A agricultura industrial se baseia na necessidade de uso cada vez maior de agrotóxicos**, como forma de poupar mão-de-obra e de produzir em monocultivo de larga escala. Isso produz alimentos cada vez mais contaminados, que afetam a saúde da população. E as populações da cidade, que tem mais acesso a informação certamente reagirão. (As classes ricas já estão se protegendo e nas redes de grandes supermercados aumenta cada vez mais o consumo de produtos alimentícios produzidos de forma orgânica.)



5. **O modo de produzir em grande escala expulsa a mão-de-obra do meio rural**, e faz com que aumente as populações de periferias das grandes cidades. Essas populações não tem alternativa de emprego e renda. E isso gera uma contradição com aumento da desigualdade social e do êxodo rural em todos os países do mundo.
6. **As empresas estão ampliando a agricultura baseada nas sementes transgênicas.** Mas ao mesmo tempo, aumentam as denúncias e ficam mais visíveis as conseqüências das sementes transgênicas sobre a destruição da biodiversidade, sobre o clima e nos riscos para a saúde humana e dos animais. E estão aparecendo cada vez mais as reações da natureza a essa homegenização da vida vegetal. Já que as sementes transgênicas contaminam as demais e não podem conviver com outras espécies semelhantes. Por outro lado, surgem novas enfermidades e plantas que resistem aos venenos usados combinados com as sementes transgênicas.
7. **A agricultura industrial, de monocultivo, destrói sistematicamente toda biodiversidade.** E a destruição da biodiversidade altera o regime de chuvas, o clima e contribui para o aquecimento global. Essa contradição é insustentável e as populações da cidade, começarão a dar-se conta e exigir mudanças.
8. **A privatização da propriedade das águas seja dos rios e lagos,** ou do lençol freático aumentará o preço e restringirá o consumo para as populações de baixa renda e trará graves conseqüências sociais. Em diversos países do continente americano, as três maiores empresas do setor: Nestlé, Coca-cola e Pepsi-cola já detem o controle da maior parte do mercado de água potável vendida em garrafas.
9. **O aumento da compra de terras pelas empresas estrangeiras** e sua desnacionalização de forma incontrolável traz contradições na soberania política dos países.
10. **A ampliação e uso da agricultura industrial para produção de agro-combustíveis,** amplia ainda mais o monocultivo, o uso de fertilizantes de origem petroleira e não resolvem o problema do aquecimento global e da emissão de gás carbônico. A causa principal desse problema é o crescimento do uso do transporte individual nas grandes cidades, estimulado pela ganância das empresas automobilísticas. Portanto, o fomento da agricultura de agro-combustíveis não resolverá o problema, apenas agravará, pelos efeitos perversos na destruição da biodiversidade.
11. **O projeto de redivisão internacional do trabalho e da produção transforma muitos países do hemisfério sul, em meros exportadores de matérias primas,** inviabiliza projetos de desenvolvimento nacional, que possam garantir emprego e distribuição de renda para suas populações. Isso vai gerar



concentração de renda, desemprego e migração para os países do hemisfério norte.

- 12. As empresas do agro, aliadas com o capital financeiro estão avançando também para a concentração e centralização nas redes de distribuição de supermercados,** com o oligopólio mundial das redes Wal-Mart, Carrefour, etc. Esse processo vai destruir milhares de pequenos armazéns e comerciantes locais, gerando conseqüências sociais incalculáveis.
- 13. A agricultura industrial precisa utilizar cada vez mais hormônios e remédios industriais** para a produção em massa de animais para abate, em menor tempo, como aves, gado e suínos. E isso está trazendo conseqüências na saúde da população consumidora.
- 14. Os grandes proprietários de terra não controlam mais o processo de produção e as margens de lucro.** Eles estão reféns das empresas que controlam a produção e o comércio. Por isso a maior parte do lucro fica com as empresas na esfera do comércio. Para compensar essa divisão de sua taxa de lucro, os capitalistas do agro aumentam a exploração dos trabalhadores assalariados, impõem o trabalho sazonal, temporário, com emprego apenas alguns meses por ano. E em diversos países tem ressurgido formas de trabalho análogas ao trabalho escravo, de ou de super-exploração, em que os salários não são suficientes para sua reprodução humana e ficam sempre devendo aos “patrões”! Aumentam também a exploração do trabalho feminino e infantil, sobretudo nos períodos de colheita de produtos que exigem muita mão-de-obra, estimulando a migração de trabalhadores temporários, sem lhes garantir nenhum direito social.
- 15. No modelo de dominação do capital sobre a agricultura não há alternativas de emprego e renda para a juventude.** E isso é uma enorme contradição, pois se um setor produtivo não contar com a juventude, não terá futuro.
- 16. Imensas regiões do interior dos países estão ficando desabitadas,** como se a única forma de sobrevivência humana fosse a aglomeração da população nas grandes cidades. E lá, em tamanha concentração demográfica as condições de vida pioram cada vez mais. Se pratica uma agricultura sem gente! O exemplo mais ilustrativo dessa contradição, é que hoje nos Estados Unidos a população carcerária é maior do que a população que vive no meio rural.



III- Um novo programa camponês para a agricultura

Na literatura da economia política e da sociologia há muita confusão sobre a expressão e conceito camponês. Em geral, sua referência é utilizada associada a formas de produção do passado, em função da origem de classe pré-capitalista dos camponeses. Na história do capitalismo industrial, o capital se utilizou de diferentes formas de convivência e exploração do trabalho agrícola camponês para sua lógica de acumulação. Em geral combinou-se as duas formas clássicas e contraditórias, porém dialéticas: destruição e ao mesmo tempo reprodução das formas camponesas.

No Movimento da via camponesa internacional, temos acumulado debates e teorizações que propõem, um novo modelo de organização agrícola, baseada na hegemonia dos trabalhadores do campo, que vivem na condição de camponeses. Mas as formas de organizar esse novo modelo dependem das condições objetivas, das forças produtivas e da natureza de cada país, e do grau de expressão social desse segmento dos trabalhadores.

Chamamos de novo programa, porque na verdade é um programa popular, anti-capitalista, anti modelo de domínio do capital. Um novo modelo de produção sob controle dos trabalhadores, para produzirem em função das necessidades e dos direitos de todo povo.

É praticamente impossível sistematizar num único enunciado as propostas que os movimentos camponeses em cada país tem defendido como plataforma alternativa de modelo agrícola. Já que cada país tem suas especificidades naturais, das forças produtivas, das classes e da correlação de forças.

O objetivo aqui é elencar as principais bandeiras e propostas que representam um resumo do que a nível de América latina, tem aparecido como propostas do movimento camponês para um novo modelo de organização da produção agrícola em seus países.

1. Implementar um programa de produção agrícola e hídrico, que priorize a soberania alimentar de cada país, com a produção de alimentos saudáveis. Isso significa que os estados devem desenvolver políticas de estímulo e de apoio que permitam, que cada região de seu país possa produzir todos os alimentos que a população necessita. E assim se alcançaria a soberania de alimentos em todo país.

Esse deve ser o objetivo principal e prioritário de qualquer programa de desenvolvimento agrícola e rural: garantir a soberania alimentar do seu povo.

E o comércio agrícola internacional se reduziria ao intercâmbio entre os países daqueles produtos excedentes ou complementares da cesta básica dos hábitos alimentares de cada povo. Esse deve ser o objetivo principal da organização da produção agrícola em cada país e de todos os países do mundo.



- 2. Impedir a concentração da propriedade privada da terra, das florestas e da água.** Fazer uma ampla distribuição das maiores fazendas, instituindo um limite de tamanho máximo da propriedade de bens da natureza. A essência da reforma agrária deve ser a ampla democratização do acesso dos trabalhadores, dos camponeses, da população que vive no meio rural a posse e uso da terra, da água e dos bens da natureza.
- 3. Adotar sistemas de produção dos alimentos baseados na diversificação da agricultura.** Ou seja, o monocultivo destrói o equilíbrio da natureza e impõe o uso de agrotóxicos. Devemos desenvolver práticas de agricultura diversificada em todas as áreas. Para termos produção e trabalho ao longo de todo ano, e produzidos de forma equilibrada entre a biodiversidade e o meio ambiente.
- 4. Adotar técnicas de produção que busquem o aumento da produtividade do trabalho e da terra, respeitando o ambiente e a biodiversidade.** Combater o uso de agrotóxicos, que contaminam os alimentos e a natureza. Essas técnicas tem recebido, em geral, a denominação de práticas agroecológicas. Embora, em cada país há expressões diferenciadas para explicitar os mesmos métodos de produção.
- 5. Desenvolver a organização de agroindústrias em pequena e média escala,** na forma cooperativa, sob controle dos trabalhadores industriais e dos camponeses que produzem sua matéria prima. A agroindústria é uma necessidade do mundo moderno para poder conservar os alimentos e transportá-los para as cidades. Mas devemos garantir que as agroindústrias estejam sob controle dos trabalhadores e camponeses para que a renda do maior valor agregado aos produtos sejam distribuída entre os que trabalham. E ao mesmo tempo, adotando menor escala, pode-se disseminar por todas as regiões e municípios rurais, e gerar mais oportunidades de emprego e renda para os jovens do meio rural, mais abertos a trabalharem em esses empreendimentos agroindustriais.
- 6. Adoção de máquinas agrícolas que reduzam o grau de esforço físico das pessoas,** mas que se adéquem melhor ao meio ambiente, e por tanto devem ser em escalas menores e adaptadas a estrutura fundiária camponesa, de pequenas e médias escalas de produção.
- 7. A produção de alimentos de cada país deve ser controlada pelas forças sociais do próprio país, seja governo, empresas e trabalhadores em geral e camponeses.** Deve-se impedir que empresas estrangeiras controlem a produção de insumos agrícolas e alimentos em qualquer país.
- 8. Defender uma “política de desmatamento zero” preservando a natureza** e usando os recursos naturais de forma adequada e em favor do povo que lá vive. É possível produzir os



alimentos necessários para a população local, em todos os países do mundo, sem necessidade de destruir mais nenhum hectare de biomas de florestas ou de cobertura vegetal nativa.

Exigir que os governos promovam planos massivos de reflorestamento com árvores nativas e frutíferas em todas as áreas já degradadas de nossos países.

9. Preservar, difundir e multiplicar as sementes nativas e melhoradas, de acordo com nosso clima e biomas, para que todos os agricultores tenham acesso. E impedir a difusão das sementes transgênicas. Os agricultores tem o direito e o dever de produzir suas próprias sementes, controlá-las e ter acesso a tecnologias que possam melhorá-las geneticamente, adequando-as aos biomas locais e a busca de maior produtividade.

10. Assegurar que a água, como um bem da natureza seja um direito de todo cidadão. Não pode ser uma mercadoria e deve ser gerenciada como um bem público, acessível a todos e todas. Defendemos um programa de preservação de nossos aquíferos (lençóis freáticos no subsolo), e todas as fontes naturais existentes em nossos países. Bem como, os estados devem desenvolver políticas de reflorestamento das margens de rios e lagos, e de proteção das nascentes de água. Bem como desenvolver políticas de armazenagem adequada das águas das chuvas.

11. Implementar um projeto energético popular para o país, baseado na soberania energética e garantir o controle da energia e de suas fontes a serviço do povo. Isso significa que cada povoado, cada município e região de nossos países pode desenvolver a produção e distribuição da energia a partir de fontes renováveis, não agressores nem depredadoras, como são as fontes agro-combustíveis, hidrelétricas, eólicas e solar. A soberania energética de um povo é o controle que ele deve ter sobre as fontes de energia e a produção renovável, que precisa e usa.

12. Garantir a posse, uso e legalização de todas as terras/territórios das comunidades nativas, indígenas, e tradicionais e respeito às suas culturas.

Em todos os países há inúmeras comunidades nativas, que de acordo com a cultura local são denominadas povos indígenas, comunidades nativas, comunidades autoctonas. No caso brasileiro e de outros países que sofreram a plantation com trabalho escravo, há diversas comunidades afro-descendentes remanescentes da escravidão, que vivem em territórios ocupados há dezenas de anos, mas não legalizados. Essas comunidades resistiram de todas as formas ao avanço da propriedade privada e do capitalismo.

É fundamental para a construção de um novo modelo de produção agrícola e de ocupação democrática do território, que todas essas



comunidades tenham assegurado pelo estado, seus direitos históricos sobre os territórios, terras e bens da natureza que ocupam.

13. Proibição de que qualquer empresa estrangeira seja proprietária de terras em qualquer país do mundo.

Como parte da internacionalização do capitalismo através das empresas transnacionais e financiadas pelo capital financeiro está havendo uma ofensiva da compra de terras, na maior parte dos países hemisfério sul, por empresas imperialistas do norte. Ou as vezes até grandes empresas do mesmo hemisfério sul, que atuam também em mineração e hidrelétricas, celulose etc.

É fundamental que se proíba a desnacionalização da propriedade e uso das terras e bens da natureza, (como água, biodiversidade, minérios,) por parte dessas empresas estrangeiras. A soberania dos povos deve ser assegurada, impedindo o controle do território por empresas estrangeiras de qualquer país.

14. Promover o desenvolvimento de políticas públicas para agricultura, por meio do Estado, que garantam:

- a) Prioridade para a produção de alimentos para o mercado interno;
- b) Preços rentáveis aos pequenos agricultores, garantindo a compra através de diversos mecanismos estatais ou sociais.
- c) Uma política de crédito rural, em especial para investimento nos pequenos e médios estabelecimentos agrícolas;
- d) Uma política de pesquisa agropecuária controlada pelo estado, que priorize a pesquisa sobre a produção de alimentos e técnicas agroecológicas e que dêem amplo acesso aos agricultores e democratize seus resultados a toda população.
- e) Adequar a legislação sanitária da produção agroindustrial às condições da agricultura camponesa e das pequenas agroindústrias, ampliando as possibilidades de produção de alimentos;
- f) Que as Políticas públicas para a agricultura estejam adequadas às realidades regionais de cada país.

15. Garantir a políticas de seguridade social para toda população do meio rural, de caráter público, universal, solidário para que todos os trabalhadores tenham acesso a serviços de saúde pública, previdência social e aposentadoria.

Na maioria de nossos países os camponeses e os trabalhadores rurais, temporários ou permanentes estão excluídos dos sistemas públicos de saúde, e da seguridade social, que representa possibilidade de aposentadoria e auxílio social. Por isso é fundamental que se universalize esses serviços e políticas de seguridade social a toda população do campo. As conquistas que a classe operária obteve após anos de longas lutas no século XX devem ser estendidas a todo meio rural.



16. Rever o atual modelo de transporte individual, em vigor na maioria dos países, que é altamente poluente e pode gerar distorções com a produção de combustível de origem agrícola.

Deve-se desenvolver um programa nacional de transporte coletivo, que priorize os sistemas ferroviário, metrô, hidrovias, que usam menos energia, são menos poluentes e mais acessíveis a toda população.

Essa condição permitirá desenvolver políticas de agrocombustíveis mais racionais e que impeçam que amplas extensões de terra sejam deslocadas da produção de alimentos para produção de combustíveis para uso em automóveis individuais, como é a atual proposta do etanol e biodiesel.

17. Educação no campo, para todos.

Assegurar a implementando de um amplo programa de escolarização no meio rural, adequados à realidade de cada região, que busque elevar o nível de consciência social dos camponeses, universalizar o acesso dos jovens a todos os níveis de escolarização e, em especial, ao ensino médio e superior.

Desenvolver uma campanha massiva de alfabetização de todos adultos.

Os programas de acesso dos jovens à universidade devem estar combinados com a moradia no meio rural, e realizados na forma de alternância, combinando teoria e prática, para evitar que o ensino superior seja um estímulo ao êxodo rural. Ao contrário devemos estimular que os jovens possam aplicar os conhecimentos da universidade em suas comunidades rurais.

18. Mudar os atuais acordos internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC), União Européia-Mercosul, convenções e conferencias no âmbito das Nações Unidas, que defendem apenas os interesses do capital internacional, do livre comércio, em detrimento dos camponeses e dos interesses dos povos do sul.

Os atuais acordos refletem apenas necessidades de acumulação e controle do capital sobre a produção de mercadorias e sobre o comércio mundial. E são realizados por governos que representam apenas os interesses do capital. É necessário romper com essas imposições ilegítimas, e criar um novo marco de representação internacional, aonde se assegure a representação e os interesses dos povos.

19. Adotar a produção de celulose e papel em escalas indústrias menores, buscando atender as necessidades das populações locais, e evitando o monocultivo extensivo, de grandes plantações homogêneas de árvores, que desequilibram o meio ambiente.



- 20. Desenvolvimento de políticas de melhoria das condições de vida** nos povoados e comunidades rurais, garantindo acesso a energia elétrica, transporte e condições de moradia adequadas a seus microclimas.
- 21. Estimular a que todas as relações sociais de nossas sociedades devem ser baseadas no cultivo de valores, que a humanidade vem construindo ao longo de milênios, como a solidariedade, a justiça social e a igualdade.** Esses valores não são apenas declarações de princípios, mas devem nortear nosso comportamento cotidiano, nos nossos movimentos, organizações, regimes políticos e Estados. A sociedade só terá futuro se cultivar os valores históricos humanistas e socialistas. Todas as demais sociedades baseadas no individualismo estão condenadas ao fracasso!
- 22. Defender e valorizar os hábitos culturais de cada povoado e comunidade,** como uma resistência político-cultural frente a padronização que o capital impõe.





IV. Desafios políticos e organizativos dos Movimentos Camponeses da América Latina

O advento da nova fase do capitalismo, em que suas empresas e corporações se internacionalizaram, trouxe como contradição, que obrigou aos movimentos camponeses, em geral mais preocupados com temas locais e nacionais a também se internacionalizarem. Assim, desde a década de 1990, se multiplicaram iniciativas e articulações internacionais entre os mais diferentes movimentos camponeses do mundo.

E dessas articulações resultaram na formação da Coordenação de organizações do campo na América Latina (**CLOC**) assim como outras iniciativas semelhantes na Europa, África e Ásia. E delas, nasceu então a **Via Campesina**, como uma articulação internacional de intercâmbio de experiências, unidade, princípios, debates de idéias e de construção de mobilizações conjuntas, para enfrentar inimigos comuns a nível internacional, como são as empresas transnacionais, as sementes transgênicas, os acordos internacionais (OMC, Banco Mundial) que só interessam ao capital e são aplicados contra os camponeses.

De todo esse intercâmbio e reflexões coletivas e das experiências que foram se acumulando em encontros bilaterais e conferências internacionais, podemos recolher a síntese de quais são os principais desafios que hoje enfrenta o movimento camponês a nível internacional, em especial da América Latina, ou seja, que são comuns a todos países, mas que precisam ser enfrentados a nível nacional, por nossos próprios movimentos.

1. Transformar a luta pela terra, em luta pelo território

A luta pela terra não é mais apenas a luta por um espaço de trabalho, de produção para sobrevivência e reprodução da família camponesa. A luta pela terra precisa ser enfrentada como uma necessidade coletiva, de todas as comunidades na defesa do território. Agora, trata-se mais do que uma necessidade individual, familiar dos camponeses que não tinha terra para trabalhar para si, numa necessidade de resistência de toda comunidade camponesa. Uma necessidade da classe camponesa de defender seu espaço territorial frente aos interesses do capital, para poder sobreviver e resistir enquanto classe. Antes, a disputa pela terra era apenas para livrar-se da renda da terra e da exploração do trabalho que os camponeses sem-terra sofriam do latifundiário e grande proprietário a terra. Hoje, a terra é disputada pelo capital, para controlar as sementes, a água, a biodiversidade, os minérios, os rios, e a produção de mercadorias agrícolas em geral.

Assim, a luta pela reforma agrária deve ser levada adiante por todas as categorias de camponeses e de trabalhadores do campo, e não apenas pelos sem-terras!



2. Construir um novo modelo de produção agrícola controlado pelos trabalhadores e camponeses

Os camponeses estão acostumados historicamente defender apenas seus interesses imediatos. E por isso lutam para ter terra, lutam por melhores preços, lutam por melhores condições de vida nas suas comunidades, representado pela conquista da luz elétrica, melhores estradas, escolas e serviços públicos.

Agora está em jogo dois modelos de produção agrícola, como vamos utilizar nossas terras e territórios?

Se eles servirão para acumulação de capital de algumas empresas que os usam apenas para produzir mercadorias e ter lucros com a natureza. Ou vamos dar uma função social, que interessa aos que vivem no meio rural e a toda sociedade... Por tanto, está em disputa dois modelos de ocupação e utilização das terras e dos territórios. E eles são incompatíveis.

Estamos conscientes que o modelo de domínio do capital sobre a produção e a natureza coloca em risco a própria sobrevivência da biodiversidade, da natureza e dos seres humanos, pois é uma forma predatória e irresponsável socialmente, pois visa apenas o lucro fácil e rápido. E trará graves conseqüências para o equilíbrio do meio ambiente e para a saúde das pessoas. Por tanto, é uma imperativo, uma necessidade derrotarmos o projeto do capital para a agricultura.

3. Enfrentar os interesses das empresas transnacionais e seus mecanismos de controle

Anteriormente, durante a fase do capitalismo mercantil e industrial sobre as comunidades rurais, os inimigos principais dos camponeses apareciam como os grandes proprietários de terra, as oligarquias locais e os comerciantes acaparadores, que exploravam os camponeses e os impediam de se reproduzir como classe. Agora, há uma nova classe de inimigos comuns da classe camponesa em todos os países: são as grandes corporações transnacionais que controlam territórios, produção, tecnologia, insumos, preços e o mercado mundial das mercadorias agrícolas. E essas empresas atuam em parceria e financiadas pelo capital financeiro. Por tanto, o novo e poderoso inimigo comum de todos os camponeses do mundo se ampliou. Os camponeses precisam identificá-los e atuar para barrar seu avanço, como uma condição de sobrevivência como classe, como condição para melhorar suas condições de vida.

4. Construir uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia

Durante o século XX os camponeses em geral foram ludibriados pela campanha intensiva do capital industrial de que a única forma de aumentar a produtividade do trabalho e das áreas cultivadas seria a utilização intensiva dos insumos produzidos pela indústria: máquinas,



adubos químicos, fertilizantes em geral e os agrotóxicos. Durante todo século se desenvolveu então essa matriz de produção baseada em produtos químicos da indústria e maquinaria em escaladas cada vez maiores.

Muitos camponeses se iludiram e passaram a adotá-la. Não perceberam de que adotar a matriz tecnológica do capital, seria, além de trabalhar para pagá-los, equiparar-se aos fazendeiros capitalistas. E ao equiparar-se aos métodos produtivos deles, não teriam condições de competir em escala com os capitalistas. E daí resultaram prejuízos, falências e perda da terra por parte de milhões de famílias de camponeses, em todo mundo..

Os camponeses precisam urgentemente, em todos os países desenvolver um novo padrão, uma nova matriz tecnológica de produção agrícola. Uma matriz que possibilite aumentar a produtividade do seu trabalho e aumentar a produtividade das lavouras cultivadas, mas em equilíbrio com o meio ambiente, para produzir mais, porem de forma saudável. E essa matriz tecnológica, se resume nas técnicas aglutinadas pela agroecologia.

Mas para isso necessitamos um enorme esforço para recolher as praticas e conhecimentos da sabedoria popular existentes há décadas e passadas de geração em geração em nossas comunidades. E precisamos sistematizar esses conhecimentos científicos, aglutiná-los e desenvolver os cursos superiores de agronomia baseados na agroecologia. A maioria das universidades e faculdades de agronomia são dominadas pelos interesses do capital e por isso desdenham a agroecologia como uma ramo da ciência importantíssimo. Cabe, pois aos camponeses e suas organizações recuperar e sistematizar esses conhecimentos e organizar cursos superiores de agroecologia em todos os países, para fundamentar cientificamente uma nova matriz produtiva, que interessa aos camponeses, ao equilíbrio do meio ambiente e a toda sociedade.

Daí a importância dos esforços que a Vía campesina está realizando em todo mundo, e, em particular na América Latina, em parceria com diversos governos progressistas e com professores universitários conscientes para organizar e multiplicar cursos de agroecologia nas nossas universidades acessíveis aos jovens camponeses. E a nível continental articulá-los na rede de **Institutos Latinoamericanos de Agroecologia – IALA**. Devemos desenvolver um esforço para que em cada bioma de nossos países e regiões tenhamos cursos de agroecologia que preparem agrônomos e sistematizem matrizes de produção adaptados a cada um deles.

E a partir dessa nova rede de conhecimento e de apropriação de técnicas de produção da agroecologia aplicá-las nos programas de fomento rural e de assistência técnica. Nesse sentido, é muito importante a experiência que os camponeses cubanos desenvolveram



da metodologia de difusão de técnicas e conhecimento chamada de “Campeño-a-campeño” em que os próprios lideranças camponesas são estimulados e se criam condições para que eles repartam os conhecimentos e experiências com camponeses de outras regiões. É preciso, pois desenvolver também novos métodos de difusão das técnicas agroecológicas.

5. Implantar e garantir escolas no campo, em todos os níveis

O acesso ao conhecimento é tão importante quanto ter terra, controlar território e produzir mercadorias. O conhecimento é o único que liberta verdadeiramente as pessoas. Conhecimento é cultura, é saber acumulado, é a ciência que a humanidade vai acumulando para entender e transformar o mundo.

Por isso é fundamental que os movimentos camponeses e as populações que vivem no meio rural tenham acesso ao conhecimento. E o conhecimento é ordenado em nossas sociedades pelos livros e pelas escolas.

Então os movimentos camponeses precisam transformar as escolas em territórios ideológicos da classe. Incorporar em seus programas de luta, a conquista de escolas em todos os níveis, para jovens e adultos. Seja o ensino fundamental (até oitava série) seja o ensino médio até o ensino superior, universitário. As escolas precisam estar aonde o povo vive. Devemos impedir os programas que deslocam nossos jovens e crianças para a cidade, como defendem muitos governos. Que vai quebrando as raízes do meio rural impõem enormes sacrifícios e vai alienando a juventude do seu meio e sua classe social.

- Precisamos lutar para que os programas e livros em todos os níveis de ensino estejam adequados com as necessidades de nosso povo.
- Precisamos lutar para que os professores e educadores estejam em sintonia com os interesses do povo.
- Precisamos lutar para que todo o ensino no meio rural e na sociedade seja público e gratuito, que seja assumido como um dever do estado e um direito da população.

6. Desenvolver processos permanentes de formação da base, de militantes e de quadros dirigentes

Os movimentos camponeses precisam urgentemente colocar todas as energias possíveis, de recursos humanos, econômicos e materiais para criar as condições necessárias para o desenvolvimento de programas de formação. Formação significa ter consciência de classe combinada com conhecimentos científicos.

Os programas de formação são os que ajudam a utilizar os conhecimentos científicos desenvolvidos pela humanidade para nos ajudar a interpretar a realidade que vivemos e poder transformá-la. Sem conhecimento científico, sem estudo será impossível os



camponeses interpretem a realidade e transformá-la, de uma forma correta.

Para tanto, é necessário desenvolver a formação nos mais diferentes níveis.

- a) A formação de massa, que é feita com toda base social, com todas as faixas de idade e de inserção organizativa. Em geral, a formação de massa se dá através da práxis concreta, das mobilizações e formas de luta massiva e também de meios de comunicação de massa. E também, pode-se utilizar as expressões culturais como teatro, música, pinturas, etc... para formação de massa.
- b) A formação em pequenos núcleos de base organizada. É a formação de base.
- c) A formação de militantes destinada em especial aos jovens, para prepará-los, como agentes ativos e multiplicadores de ideais, programas e ações. Os militantes são os que compõem o organismo ativo de nossos movimentos.
- d) A formação de dirigentes que exige um nível de conhecimentos científicos ainda mais elevados e complexos na atual situação da luta entre modelos.
- e) Para desenvolver esses diversos níveis de formação, é necessário utilizarmos as mais diferentes formas e métodos de acordo com a cultura e a idiosincrasia de cada região e de cada povo.

7. Desenvolver os meios de comunicação de massa próprios

A luta de classes no atual fase do capitalismo financeiro e globalizado está envolvida cada vez mais pela utilização de meios de comunicação de massa. A classe dominante de nossos países e a nível internacional tem a hegemonia completa dos grandes meios, como a televisão, agências de notícias, rádios, jornais e revistas. E os utiliza para reproduzir suas idéias, sua ideologia, seu programa e seu projeto de sociedade. Os utiliza para lutar contra a classe trabalhadora. Difundir inverdades e manipular o pensamento das massas. Cooptando e manipulando as massas trabalhadores do campo e da cidade com esses instrumentos.

É fundamental, pois, que todos os movimentos de trabalhadores e também os movimentos camponeses desenvolvamos seus meios de comunicação próprios. Não podemos nos iludir em falar com a língua dos outros, ou da classe dominante.

Ainda que em condições econômicas e tecnológicas adversas, é fundamental desenvolvermos e termos sob nosso controle os mais diferentes meios de comunicação com o povo. Desde os boletins locais, as rádios comunitárias, programas de televisão, jornais, etc. Também devemos desenvolver as formas conspirativas, como são as pichações, alto-falantes, etc. que dialoguem com a população.



E utilizar todas as formas de expressão cultural: teatro, música, pintura, etc. como formas de comunicação para as massas, de nossas idéias e programas.

8. Potencializar as lutas sociais de massa

A força das organizações camponesas não se mede pro seus programas ou pela justeza de suas propostas e idéias. A força dos camponeses se mede pela capacidade que tiveram de reunir muita gente, em torno dos mesmos objetivos. Juntar número de pessoas. E juntar muita gente é fazer luta de massa.

Nossos inimigos são cada vez mais poderosos. Agora não enfrentamos apenas oligarquias rurais e latifundiários atrasados. Agora enfrentamos o grande capital internacional, suas corporações, bancos e seus governos títeres, quando defendem seus interesses.

Para fazer frente a esses poderosos interesses e força econômica concentrada pelo capital, somente será possível, com grande força das massas.

Por isso, os movimentos camponeses precisam mais do que nunca desenvolver novas metodologias de organização de base, de trabalho de base, que consigam aglutinar o maior numero possível de famílias. E conscientizá-los para a necessidade de lutas de massa.

Só a luta de massa poderão fazer frente ao capital, frear sua ofensiva sobre nossos territórios e arrancar conquistas de melhorias de condições de vida para o povo.

Reuniões, audiências, negociações e representações são úteis, mas serão ineficazes se não se respaldarem na força das massas mobilizadas.

E em cada país, devemos descobrir e desenvolver as inúmeras formas de mobilização e de lutas de massa, que representem acúmulo de força e de organização para defender os interesses da classe camponesa e conseguir construir um novo modelo de produção agrícola que interessa a toda sociedade.

9. Construir alianças nacionais com todas as categorias de trabalhadores do campo, camponeses e populações que vivem no meio rural

Em todos os países há uma enorme diversidade de categorias de camponeses e de trabalhadores rurais que vivem no meio rural. A diversidade é resultado do próprio desenvolvimento diferenciado do capitalismo em cada região, em cada país, que vai reproduzindo relações sociais diferentes e mais complexas. Assim, na maioria dos nossos países, temos camponeses remediados, camponeses com terra, porem pobres. Camponeses sem terra e assalariados rurais com emprego fixo. Há assalariados rurais temporários, sazonais, e tempos também parcelas cada vez maiores de trabalhadores sub-proletários



e até lumpens. Temos um enorme desafio de descobrir as necessidades comuns dessas diferentes categorias sociais que há na população que vive no meio rural, e aglutiná-los para o desenvolvimento de alianças em torno de programas e formas de luta comuns.

Uma só parcela de camponeses, por mais aguerrida e radical que queira ser, não terá força suficiente para enfrentar a força dos inimigos. Devemos ter sempre presente que o desafio maior é aglutinar força social. E força social é numero de pessoas organizadas em torno de um mesmo objetivo.

E em muitos países, há também a necessidade de construir alianças com outros setores sociais que vivem no meio rural, mas não se identificam como as categorias sociais do capitalismo: como são os povos indígenas, as comunidades nativas, os afro-descendentes, populações ribeirinhas, pescadores, etc.

10. Construir alianças com os trabalhadores da cidade

As mudanças sociais em nossos países, somente serão possíveis e viáveis quando conseguirmos construir um grande movimento de massa que aglutine toda população trabalhadora do campo e da cidade.

Nenhuma força social fará as mudanças necessárias para toda sociedade, sozinha. É necessário construir uma grande aliança nacional entre toda classe trabalhadora e de populações exploradas e oprimidas.

Há duas formas clássicas de ir construindo essa grande e necessária aliança:

a) Através do desenvolvimento de lutas comuns em torno de temas que interessam a todos. Exemplo, os temas de jornada de trabalho, educação, emprego, renda, serviços públicos, saúde pública, agrotóxicos, meio ambiente, são temas que afetam a toda população. E por tanto desenvolver formas de lutas em torno deles podem ser aglutinadoras de amplas massas.

b) Através da construção de um programa nacional, que representem um projeto político unitário, da classe trabalhadora e da população para o país.

Portanto, os movimentos camponeses devemos ter consciência dessa necessidade, rompermos o corporativismo e o setorismo apenas em questões agrárias, para nos somarmos com outras categorias da classe trabalhadora e da população que vivem na cidade, e construirmos um amplo movimento que consiga ter forças suficientes para aplicar um novo programa de mudanças sócio-econômicas estruturais.



Os camponeses dependem cada vez mais das alianças com a cidade, para poder se defender da exploração e espoliação que sofrem no meio rural. E esse é um desafio enorme, romper as barreiras que separam os que vivem no campo, com os que vivem na cidade, e criar laços comuns de objetivos, programas e de formas de luta.

11. Articular mobilizações conjuntas a nível internacional, contra os mesmos inimigos

Se os inimigos de classe estão articulados a nível internacional, por seus bancos, corporações e acordos internacionais, é necessário então que os movimentos camponeses desenvolvam agora, formas de articulação e lutas de massa a nível internacional.

Como enfrentar os preços e controle de mercado dos grãos, se hoje são dominados por cinco, seis empresas transnacionais em todo mundo, como a Monsanto, Cargill, Bunge, ADM, Dreyfuss.

Como enfrentar o tema dos agrotóxicos, se a tecnologia e o controle do mercado são feitos por apenas algumas empresas internacionais que nos dominam em todos os países, como Bayer, Basf, Syngenta, Monsanto, Shell química, etc

Como desenvolver um novo modelo de produção de laticínios, se algumas empresas como Nestlé, Parmalat, Danone, controlam o mercado mundial?

Como defender nossas reservas de água potável se algumas empresas querem controlá-la em todo mundo como a Nestlé, Coca-cola, Pepsicola, Suez, etc.

Como lutar contra a privatização da propriedade de nossas sementes, como lutar as modificações genéticas que eliminam a biodiversidade, se essas praticas são controladas apenas por algumas empresas de sementes transgênicas em todo mundo?

Como enfrentar o avanço do monocultivo do eucalipto, pinus, se um pequeno grupo de empresas da celulose, como Stora Enso, Botnia, International Paper, dominam o mercado mundial?

Assim, os movimentos camponeses precisam desenvolver cada vez mais estratégias e formas de lutas internacionais.